



A MARGEM, À ESQUERDA E AO CONTRÁRIO

Universidade de Brasília
Instituto de Ciências Sociais
Departamento de Antropologia

A MARGEM, À ESQUERDA E AO
CONTRÁRIO. A MORTE DO UATU
(RIO DOCE).

Monografia apresentada ao Departamento de Antropologia da Universidade de Brasília, como parte dos requisitos à obtenção do grau de bacharel em Ciências Sociais com habilitação em Antropologia.

Isabella Drumond Rodrigues

Brasília, setembro de 2017.

ISABELLA DRUMOND RODRIGUES

A MARGEM, À ESQUERDA E AO CONTRÁRIO. A MORTE DO UATU (RIO DOCE).

Monografia apresentada ao Departamento de Antropologia da Universidade de Brasília como um dos requisitos para obtenção do grau de bacharel em Ciências Sociais, com habilitação em Antropologia.

Orientador: Marcela Stockler Coelho de Souza
(DAN/UNB)

Banca examinadora:

Profa. Dra. Marcela Stockler Coelho de Souza
Dep. Antropologia – UnB

Profa. Dra. Júlia Otero dos Santos
Dep. Antropologia - UFOPA

Brasília/DF, 19 de setembro de 2017

RESUMO

O presente trabalho tenta adentrar as discussões em torno do rompimento da barragem de Fundão, causando a contaminação em larga escala do Rio Doce. Mais especificamente, as discussões que tangem o povo indígena krenak, com os quais tive a oportunidade de trabalhar junto. Pensando assim, pela trajetória desse povo, as considerações em torno dos conceitos de genocídio e ecocídio, pois experienciam, ao mesmo tempo uma destruição ambiental e social/cultural em torno do Rio Doce. O trabalho também tangencia uma discussão sobre os modelos capitalistas de produção mineral e energética, falando assim em desenvolvimento entrópico.

Palavras-chave: krenak; rio doce; ecocídio; desenvolvimento entrópico; capitalismo

em memória de Tio Euclides e do Uatu

Sumário

Um recado dos Rios	06
Somos Rios ou não seremos	15
A Morte do Uatu	21
A Guerra sem Fim.....	29
Os manifestos cosmopolíticos de tio Euclídes e Dejanira	39
“Eu tenho uma lembrança que este é o fim do mundo”	39
“Como vai nascer sem água?	42
Do genocídio ao ecocídio	45
Sete Salões: o Futuro	55

UM RECADO DOS RIOS

Se hoje o chamado é que se escute os índios, como Viveiros de Castro enunciou no prefácio de *A Queda do Céu* (2016) de Davi Kopenawa e Bruce Albert, a Antropologia não poderia jamais deixar de fazer parte dos destinatários dos recados da mata. Para além das denúncias das tendências etnocidas e ecocidas dos brancos, o tratado filosófico de Kopenawa aproxima-se do que muitos povos tem vivido hoje. Dentre eles, o povo Krenak, que vive nas margens esquerdas do Uatu (Rio Doce), e que também tem muito a avisar aos brancos.

Nos textos em Antropologia, comumente um povo é localizado através de seus Rios. Os diversos povos e grupos presentes nos trabalhos antropológicos territorializam-se pelos rios e se inserem no mundo, também, através deles. As reflexões acerca do lugar de um rio na socialidade de um povo oferecem às reflexões antropológicas e políticas caminhos diversos às interpretações minerárias, elétricas e *ocidentalizadas* de um rio. Seria mais ou menos assim... vários povos e agrupações humanas pensam, sentem e vivem um rio como um ser, com sua agencialidade perante a t/Terra e outros sistemas vivos. As/os antropólogas/os – e assim, A antropologia – deveria ser capaz de mapear, assim como muitos outros povos o fazem, as maneiras como algumas formas de pensar, viver e sentir um rio se sobressaem a outras. Assim como a História e a Sociologia, a antropologia, que é a ciência das relações – em última análise – poderia ou deveria ser capaz de colaborar em um debate público e cosmopolítico nas lutas travadas pelos povos indígenas em seus direitos de poderem viver, pensar e sentir terra, água e vida de formas diversas, autônomas e não-desiguais.

Esse trabalho é mais uma tentativa, então, de dar um tratamento outro ao aprendizado com os povos indígenas no Brasil. Uma vez que esses povos vivem a interferência dos projetos mineradores e hidrelétricos do país de forma aguda desde épocas colonas e imperiais; acessando, de forma distinta, as percepções acerca de todo material humano e não-humano envolvido – minérios, água, t/Terra, humanos, animais. Dessa forma, a Antropologia ressurgiu como um campo capaz de pensar, criar e investigar os processos que constituem e diferenciam as existências humanas. Pensando assim em uma Antropologia em que os antropólogos e antropólogas sejam também os colaboradores, os interlocutores. Um aporte para se organizar e fomentar pesquisa.

Minha pesquisa, marcada fortemente pela minha interação com o lugar, se construiu sob muita reflexão antropológica também sobre os e as antropólogos e a Antropologia. Os amigos que fiz em minhas incursões etnográficas me ajudaram a pensar o projeto, as perguntas e fomentaram inquietações e percepções sobre o ser e estar em t/Terra. Como diz Kopenawa (2016) “eu não aprendi a pensar as coisas da floresta fixando os olhos em peles de papel” (:76), assim como eu, enquanto pesquisadora, não aprendi pesquisa, ou relações de pesquisa me debruçando sobre textos e etnografias. Fui aprender quando pisei pela primeira vez nas terras krenak. Já convicta, entretanto, de que a Antropologia que me interessava não seria um discurso sobre os outros, mas um espaço de diálogo. A condução da pesquisa vai na esteira das relações particulares estabelecidas, não se trata de escolhas unilaterais, é uma construção, são as conversas, as convergências e divergências de ideias. Sem qualquer ilusão de se tornar portador ou porta-voz das ideias de outrem, a questão é antes ser impulsionada e afetada por elas.

A maneira pela qual reintroduzimos aqui a filosofia – e, mais especificamente, a filosofia política – é pelo viés de sua interface com a etnografia, na medida em que esta nos proporciona a possibilidade de abordar problemas da filosofia ocidental-moderna por meio de formulações lançadas pelos povos estudados, indígenas ou não. Apostamos, assim, na máxima de Tim Ingold – “antropologia é filosofia com gente dentro” – e na proposta de que é possível tratar o pensamento dos outros como filosofia (ou mesmo antropologia), uma vez reconhecida a paridade epistemológica e a reversibilidade entre as posições de antropólogo e nativo, sujeito e objeto de conhecimento (Wagner, 1981; Viveiros de Castro, 2002). Como já escrevia Clastres, em 1968, a antropologia deve deixar de ser um discurso nosso sobre os outros para fazer-se um diálogo com o pensamento dos outros, algo que conduziria a nossa própria cultura na direção de um “novo pensamento” (2011, p. 115). E este, em se tratando de antropologia (e filosofia) política, começaria não por acaso com a consideração de uma “filosofia da chefia indígena”, que poderia, aliás, ser rephraseada como uma “filosofia indígena da chefia e da política”. Filosofia em outros termos, por certo. No artigo aqui incluído, Beatriz Perrone-Moisés refere-se sem pudor a uma “filosofia política ameríndia”, no caso, revelada na mitologia, pois é preciso, levando a sério as lições do mestre Claude Lévi-Strauss, “experimentar a mitologia como lugar de reflexão ameríndia a respeito do que chamamos política, via de acesso ao que poderíamos nomear [...] a armação de uma filosofia política ameríndia” (Stutzman, 2011:560).

O que tento escrever aqui é discurso ou filosofia dos krenak. É política, cosmo-histórica. É o futuro. São os saberes do ancião krenak Euclídes, que em vida, ainda repetiu enquanto eu estava presente em várias ocasiões diferentes que estamos presenciando o fim do mundo. Que o mundo acabará em fogo. Escutei todos mais velhos que conversei de que a morte do Rio faz parte de um certo modo de vida dos brancos, pretensioso e ganancioso, que estaria preocupado com dinheiro no bolso e não com a água na boca. Douglas Krenak, liderança do povo krenak e da Aldeia Atorã, um de meus amigos, conta que os povos indígenas amazônicos vivem hoje processos que o povo dele, desde os antigos, já viveram. E que o que aconteceu com o Rio Doce precisa servir de alerta.

Quando Sérgio Buarque de Hollanda escreve, em 1945 sobre o status de obstáculo que alguns rios tem aos bandeirantes, à continuação da colonização das terras do Brasil Central, ele evidencia que o rio sempre foi uma externalidade e algo que precisa ser vencido para objetivos colonizadores. Como projeto nacional de expansão territorial “o rio também deve ter parecido, em muitas ocasiões, um empecilho, comparável ao das florestas espessas, ao dos pantanais e ao das montanhas” (:20) Essas elevações eram então para onde os ancestrais krenak fugiam, para onde tinham tranquilidade. É onde ainda caminham os antigos. O espaço, a terra, o lugar faz parte dos krenak.

Na região do Vale do Aço, onde nasci e morei, existe um bote exposto em uma rodoviária que tirei foto e mostrei a Douglas por imaginar que era um bote de navegação antigo da região da bacia do Rio Doce. Esse bote tem quase dois metros de comprimento e sem remendo, tirado de uma madeira só. Douglas disse que seu pai contava que esses botes eram feitos com as perobas, árvores imensas e que ele viu ainda novo alguns sendo usados. Comentei que da forma como o bote estava exposto, não tinha nenhuma informação de referência histórica ou expositiva. Douglas disse que não é de se espantar, porque esse bote prova muita coisa. De fato, o porte do Rio Doce era registrado como grande nos séculos 16 e 17, com registros de navegações de grande porte em seu curso, como navios. Sem contar que muitos desses botes eram construídos pelos povos indígenas da região.

Buarque de Hollanda (1976 [1945]) vai falar, ainda, mais especificamente sobre o transporte fluvial das expedições bandeirantes no Sudeste e Centro Oeste, sobre como o uso do rio para transporte só foi possível grandemente pelas apropriações de botes e técnicas indígenas. Os bandeirantes usaram diversas estratégias, entre elas a povoação a beira rio para facilitar o transporte fluvial, que foi a grande aposta dos Tenentes e Condes no século XIX. Buarque de Hollanda (1976[1945]) lidou com documentos datados à época para construção de sua pesquisa, e assim, afirma que após estabelecidos povoados e delimitado territórios no Brasil Central “ a navegação fluvial já não oferecia poderoso atrativo aos homens do Planalto e, mesmo durante a Guerra do Paraguai, a vantagem estratégica das duas colônias militares não conseguiu impor-se de forma a patentear a necessidade absoluta de sua manutenção.” (:42). O Rio Doce teve seu uso também, para além da navegação, também como escoamento de madeira. Douglas conta que cortavam as árvores, as perobas e jogavam nos rios até descerem ao ponto onde eram recolhidas e transportadas.



Foto tirada por mim em Coronel Fabriciano-MG, 20 de julho de 2017.

Portanto, o Uatu tem um chamado contundente. Há anos vinha sendo poluído, há anos tem sido colocado em polo passivo, sem agência. Há anos sua morte vinha sendo anunciada, aos poucos. A Bacia do Rio Doce tem 366 áreas de concessão de lavra,

segundo dados do DNPM¹. As atividades são concentradas na extração de ferro e minério de ferro. A Bacia também tem 10 Usinas Hidrelétricas (UHEs) e 29 Pequenas Usinas Hidrelétricas (PCHs). Em Encarte Especial sobre a Bacia do Rio Doce – Rompimento da barragem em Mariana-MG, Conjuntura dos Recursos Hídricos no Brasil, a Agência Nacional de Águas (ANA) traz todas as informações sobre as barragens e as concessões de lavra, e depois elege como um dos principais problemas a falta de tratamento de esgoto doméstico nas cidades localizadas na bacia (11). Mas o que marcou de maneira mais aguda a morte do Rio Doce foi o rompimento da barragem de rejeitos de mineração.

Ouvi entre os krenak que os antigos já anunciavam que um dia não teriam o Rio. Após chuva no início de março de 2017, há pouco mais de um ano da morte do rio, o nível de toxicidade aumentou em comparação com os níveis do final de 2016; as previsões da Samarco e seus cientistas de que em 6 meses o Rio Doce estaria recuperado - “No caso da ciência as coisas são mais factuais, quantitativas, mais numéricas. No caso do indígena, ele constata e sofre com a "morte" do rio. A diferença é que o rio está morto neste momento, é verdade, mas ressuscitará muito rapidamente, e eles vão poder comprovar isso”² - mais uma vez subestimaram a vida do Rio, seus movimentos, sua dinâmica própria de existir; pois quando aparentemente o Rio estava se recuperando, a chuva mostrou que ainda há toxicidade em seu curso. Na época Douglas chegou a me marcar nas postagens do Facebook sobre as pesquisas toxicológicas na água do Rio após esse período de chuva.

Dentro dessa noção, proponho que os Rios, partindo de uma perspectiva de que também são vivos e possuem suas agencialidades, estão alarmando sobre seus danos. São cadastradas hoje 662 barragens de rejeitos de mineração no Departamento Nacional de Produção Mineral - DNPM³. Dessas, 220 estão no Estado de Minas Gerais, mesmo Estado em que a barragem de rejeitos rompeu em Fundão, contaminando o Rio Doce. O DNPM classifica os riscos dessas barragens em ALTO, MÉDIO e BAIXO, tendo como

¹ Retirados de ANA, 2016. Disponível em http://arquivos.ana.gov.br/RioDoce/EncarteRioDoce_22_03_2016v2.pdf Acessado em 31 de agosto de 2017.

² Entrevista que Paulo Rosman, professor de Engenharia Costeira da COPPE/UFRJ, concedeu a BBC. http://www.bbc.com/portuguese/noticias/2015/11/151127_entrevista_coppe_jp Acessado em 28 de ago. de 2017.

³ CADASTRO NACIONAL DE BARRAGENS DE REJEITO DE MINERAÇÃO DO DNPM. Disponível em <http://www.dnpm.gov.br/assuntos/barragens/arquivos-barragens/cadastro-nacional-de-barragens-de-mineracao-dentro-da-pnsb>. Acessado em 31 de agosto de 2017.

critério os mesmos estabelecidos nas legislações de segurança de barragens, a saber, Lei 12.334/2010, Resolução CNRH 143/2012, Portaria DNPM 416/2012. A barragem de Fundão era classificada como risco baixo. As falhas nesse processo de classificação bem como no de licenciamento ambiental foram indicadas por diversos pesquisadores e pelos grupos atingidos (ver ABA, 2016).

Os pesquisadores WANDERLEY, Luiz Jardim; MANSUR, Maíra Sertã; MILANEZ, Bruno e PINTO, Raquel Giffoni (2016), relacionam o risco de rompimento de barragens com o circuito econômico da mineração e dos preços, envolvendo os “processos capitalistas de acumulação por espoliação e de reprodução ampliada do capital” (:31). As noções de risco e impacto advindas desses órgãos e da atuação operacional e social da Samarco S.A., por exemplo, são eclipsadas por motivações econômicas e de mercado, com a finalidade de ampliar o capital dessas empresas e diminuir os custos operacionais. Como Mauro Almeida (2016) escreve sobre o alto Rio Juruá, “os mais remotos centros da mata sentiam os efeitos das mínimas mudanças de cotação de commodities no mercado mundial” (:20). No trecho abaixo do Relatório Específico do DNPM sobre o rompimento da barragem de Fundão fica evidente essa dinâmica.

“As causas deste acidente foram estudadas por um comitê de especialistas internacionais formado pelos engenheiros geotécnicos Norbert Morgenstein (Presidente), Steven Vick, Cássio Viotti e Brian Watts, contratados pela empresa com esta finalidade, cujos resultados constam no documento público “Relatório sobre as causas imediatas da ruptura da Barragem de Fundão”, de 25/08/2016, onde são indicados como os principais motivos para o acidente 1. problemas diversos apresentados pelo sistema de drenagem interna da barragem desde a construção do seu dique de partida em 2009, 2. deposição de lamas em locais inapropriados dentro da estrutura considerando o método de alteamento a montante, não respeitando o limite mínimo de 200 m para a formação da praia estabelecido em projeto, e 3. alteração no projeto original de alinhamento da ombreira esquerda devido a problemas estruturais em um conduto de concreto interno para drenagem da barragem, que resultou em um recuo na posição da estrutura colocando “aterro diretamente sobre a lama previamente depositada” para com isso permitir a continuidade das operações no empreendimento.” RELATÓRIO DNPM ESPECÍFICO SOBRE ROMPIMENTO DA BARRAGEM DE FUNDÃO, 2017.

A discussão de Mauro Almeida (2016) sobre o caráter entrópico do desenvolvimento capitalista é combinado a Segunda Lei da Termodinâmica com as considerações de Rosa Luxemburgo e Georgescu-Roegen sobre os limites da acumulação de capital. A partir disso ele afirma que “o modo de produção capitalista está imerso em um ambiente de regimes não capitalista de pessoas, coisas, técnicas e pensamentos, e segundo, em um ambiente de baixa entropia que consiste em reservas de biomassa acumulada seja na forma de carvão e de petróleo, seja em forma de floresta, seja na forma de diversidade orgânica.” (:28). Dessa forma, assim como o capitalismo e os capitalistas são capazes de transformar matéria em trabalho, e diferença em trabalho, são capazes de colocar como reservas externas, também, o que Almeida chamou de baixa entropia cultural. Tratando-se aqui, essa última, de uma luta pela apropriação de baixa entropia distribuída desigualmente pela superfície do planeta, de energia disponível para ser convertido em trabalho (:25). O modo de produção capitalista está imerso em um ambiente de regimes não capitalistas de pessoas, técnicas e pensamentos e, seguindo ainda Mauro Almeida (2016), toda acumulação depende inevitavelmente de uma reserva externa de baixa entropia, em forma de combustíveis fósseis etc. Ou seja, para produzir trabalho é preciso eliminar diferenças, também em energia, quanto culturalmente, politicamente. Por analogia, ele diz que povos diversos representam reservas de baixa entropia cultural (:29). O desenvolvimento econômico capitalista teria então duas formas de lidar com a baixa entropia cultural, uma das formas é a destruição dessa diferença, transformando, como o autor exemplifica, floresta, cerrado, manguezal, em madeira, plantações de eucalipto e criatório de camarões. Ou transforma pescadores, xamãs e guerreiros em exército de reserva laboral empregado em serviços. A segunda forma seria o desfrute da vida, num sentido de Geogescu-Roegen e Krongkaew, que estaria ligada as formas diversas de existências dos povos.

A primeira maneira interessa mais a esse trabalho por me levar à exploração mineral que matou o Uatu. Por mostrar como capital transforma Rios em energia, terra em minério, minerais em máquinas. Os rios são baixa entropia também para o sistema capitalista, transformados em alta entropia enquanto é destruído e consumido por barragens, que por sua vez gera potencial hidrelétrico e enérgico alimentando assim os pilares de manutenção e continuidade do sistema capitalista. Não à toa, vê-se hoje o quadro geral dos sistemas físicos e biológicos no Brasil e mundo, especialmente em seus rios. Nos cálculos para construção de barragens e hidrelétricas é considerado que

os rios possuem seus movimentos próprios de acordo com relevos, declives, obstáculos, mas a Ciência e Técnica capitalista considera-se capaz de prevê-los todos e contraatacá-los com um potencial maquinário, barrador e movimentador maior. Nesse sentido, também, William Thompson elabora transações políticas capitalistas pelo signo da entropia:

“Esse colapso da biosfera, tradicionalmente considerada naturalmente estável, é inseparável da fusão secundária (secondmeltdown) da nação-Estado territorial, o que obviamente ocorre com uma enorme liberação de calor.” (Thompson, 2001:55).

A Antropologia cartografa e descreve há algum tempo a oposição existente entre modos de vida múltiplos – indígenas, quilombolas– e modos de existência capitalista (Viveiros, 2011[2012]; Almeida, 2016). Uma vez que a multiplicidade de modos de vidas indígenas, quilombolas e de povos da terra, camponeses ou urbanos, vão em contramão e ao contrário do desenvolvimento entrópico. Contrário em disputas de vida e futuro, também considerando rotas de fugas nas guerras travadas contra os povos indígenas, pensamentos, disputas ontológicas e de sentido. Não pelo fato de sistemas cosmológicos não-capitalistas interditem outros sistemas, mas pelo contrário ser efetivado. Por meio do genocídio, ecocídio, por meio também das pinças e das produções capitalistas de subjetividades.

“O que chamamos de ambiente é uma sociedade de sociedades, como o que chamamos sociedade é um ambiente de ambientes” seguindo essa observação, Viveiros de Castro (2011[2012]) defende a Amazônia em sua diversidade biológica e social e alça analiticamente um tipo de reflexão antropológica onde a “sociologia é ecologia”. Nesse sentido, não há como pensar o humano dissociado do ambiente. Os não-indígenas também não podem ser dissociados da natureza, apesar de reivindicarem isso há séculos. Nesse sentido, o desenvolvimento econômico “deixou a natureza de lado para entrar na história”, e o que restou para a natureza, para os rios, foi o “desfrute da vida”, o comércio turístico e a fetichização das naturezas “virgens”.

Por outro lado, os impactos das regiões atingidas pelo rompimento da barragem e interdição ao Rio Doce são incalculáveis e possuem algumas variáveis intangíveis - ou propositalmente incalculáveis - à atuação da Samarco S.A. 31 municípios de Minas Gerais e 3 do Espírito Santo foram afetados. Os impactos ambientais, sociais e

econômicos vêm sendo mapeados por muitos grupos de pesquisa pelo Brasil⁴. Entretanto essa noção de impactos precisa ser revista e ampliada, pois não dá conta de processos mais enraizados e maiores, que envolvem a percepção de ser e estar no mundo de muitos grupos. A situação do povo indígena Krenak mostrou e mostra a dissonância dos critérios de impacto com as percepções próprias de pessoas atingidas. O Rio Doce, ou Uatu, está morto para eles. A ligação desse povo com o Rio não pode ser explicada economicamente, utilitariamente, ambientalmente ou socialmente, mas por uma perspectiva que envolva todas essas e não as separam: as deles próprias, cosmo historicamente; “o devir-índio envolve uma relação dos povos indígenas com seu passado, mas se trata de uma relação presente com o passado, não de uma relação passado com presente” (Viveiros de Castro, 1999:194). A morte do Rio marca uma continuidade de processos anteriores.

Pelo lado contrário, ainda, a desconfiança e insegurança foram os primeiros sentimentos percebidos e sentidos por mim, eu pensava: “parecem desconfiar muito de toda essa história [da Samarco envolvendo o Rio Doce]”, presenciei isso em todo meu convívio e de formas diferentes vindo de diferentes pessoas. Ela não era uma desconfiança estudada, por exemplo, pela Ciência Política, que existe entre a população e os poderes públicos – como pensei em um primeiro momento. Ela vem, antes, de uma noção que precisamos acessar da qual não se compartilha no mundo-Samarco: não são processos químicos que qualificarão, para os krenak, o estado do Uatu (Rio Doce). Como me disseram, não são os funcionários da Vale bebendo água na propaganda que os convencerão de que o Rio voltou. Não são esses parâmetros que os guiam nesse processo. O Rio Doce, para os krenak, guia a narrativa de todo o seu povo, e o sustentou e o gerou e o acolheu por toda sua história.

Os impactos todos listados como comprometimento do solo, da cadeia trófica, da saúde, da qualidade da água etc. (ver FREITAS, Carlos Machado de; SILVA, Mariano Andrade da; e MENEZES, Fernanda Carvalho de; 2016) não correspondem completamente à experiência dessas pessoas. A separação entre rio e ser, que é base dos cálculos da Samarco, não existe na história krenak, o Rio Doce era o pai e mãe deles, a

⁴ Dentre eles o GIAIA - Grupo Independente para Análise do Impacto Ambiental, formado por pesquisadores pelo Brasil. Bem como os grupos de pesquisa em centros universitários na UFES e UFRJ.

água do Rio, e seus movimentos e substância eram também substância do ser krenak. A partir daí, estão também seus usos, seus mapas mentais e emocionais.

Para alcançar compreensões mais amplas de impactos é preciso saber como as pessoas atingidas pela morte do Rio Doce situam todos esses processos, para que não se também esvazie o debate de seu aspecto político. As narrativas cosmo-históricas cruzadas com relatos do crime de Mariana e teorias simbólicas da alteridade são modo de percepção alheio ao “cronologismo e objetivismo totalizante” (Albert, 2002:16) de outras concepções de risco e impacto. Em complemento analítico, uma abordagem que seja capaz de mostrar que o rompimento da barragem de Fundão, e a contaminação por rejeitos de mineração macrorregionalmente não foi um acontecimento isolado e deriva de um projeto deliberado e contínuo de interação com a natureza de empresas e Estado. Fico entre uma abordagem e outra nesse texto, mas reconhecendo-as como planos gerais futuros, seja para atuação política ou acadêmica posterior. Não quero pensar o povo krenak como símbolo de processos de sujeição “modernos”, mas como capazes de ter noções que evidenciam de forma mais completa os processos investigados, como verdadeiro tratado filosófico e manifesto cosmopolítico. Para que seja ressaltada a ameaça à vida e autonomia desses povos.

Matar um rio compreende uma infinidade de processos nocivos complexo-dinâmicos. Um Rio é vivo. É um mundo. A barragem, como construção humana, tem o objetivo de conter um rio e manejá-lo com finalidades outras. Além de alterar o curso do Rio, altera também mapas mentais coletivos, causa insegurança. E revela, então, uma “estupidez etnocida, ecocida e em última análise, suicida” (Viveiros de Castro, 2016b:33). Essa cadeia de noções e conceitos não é a toa, o etnocídio e o genocídio já foram trabalhados e tipificados nas ciências humanas, especialmente na Antropologia e Sociologia, ecocídio ainda requer atenção— que tentarei dar no texto que segue.

SOMOS RIOS, OU NÃO SEREMOS

Solimões, Tapajós, Madeira, Doce, Negro, Paraná, Tietê, São Francisco estão morrendo, num processo de devastação chamado comumente de benefício público (Hernández E Magalhães, 2011:80). Essa retórica do benefício público e do debate público esconde uma estrutura de redes informais nas tomadas de decisões dos governos brasileiros sobre processos de licenciamento ambiental. Essa estrutura formal não

destrói a estrutura informal, mas permite que todos os atores tenham condição de conhecer e acessar a estrutura. Apesar de estar na estrutura informal – nos bastidores – o fundamento da existência de elites (Freeman, 1970), no lugar onde realmente as decisões são tomadas, precedendo o embate político público, uma vez que existe uma fragilidade e desfiguramento do processo de licenciamento ambiental, onde os relatórios dos órgãos licenciadores são codificados e as informações não circulam oficialmente nas regiões afetadas (Hernandez e Magalhães, 2011:81).

As mobilizações dos povos do Tapajós em torno do processo de licenciamento ambiental envolvendo a bacia do Tapajós tentam mostrar os prejuízos à vida com os barramentos. O que acontece também é severo, diversos povos e pessoas que tem relação com o Tapajós – de diversas ordens – vivem hoje os desdobramentos da construção de Usinas Hidrelétricas em seu percurso, e reclamam as mudanças que isso provocou no Rio, a falta de peixes, o aumento ou diminuição da correnteza em lugares que há anos já eram mapeados pelos ribeirinhos. Atualmente na Bacia do Tapajós, onde fica a Bacia do Teles Pires, estão planejadas a construção de 43 grandes UHEs e 102 PCHs. Esse tipo de estratégia do mercado mineral e elétrico, que cria mega projetos de construção de barragens já foi chamada de rodagem perpétua, pois tanto o volume como a fonte do sistema de rodagem perpétua são a indústria capitalista de alta energia (MANSUR, Maíra Sertã; WANDERLEY, Luiz Jardim; MILANEZ, Bruno; SANTOS, Rodrigo Salles Pereira dos; Raquel PINTO, Giffoni; GONÇALVES, Ricardo Junior de Assis Fernandes; COELHO, Tádzio Peters, 2016:8).

Conversando sobre minha pesquisa com meu amigo e colega do curso de Antropologia Maurício Tsatsiwa Kokama, ele me contou sobre processos lentos também da liberação de rejeitos no Rio Solimões. Foi nesse momento que reforcei o pensamento de que o Rio Doce não poderia ser pensado isoladamente e que o aconteceu a ele faz parte dos projetos capitalistas de interação com natureza, ambiente, que transforma rios em potencial energético para trabalho e que todos os rios no Brasil estão sujeitos a essa situação. Gentilmente, Maurício me concedeu algumas fotos do Rio, seu povo é do Rio Solimões.



Rio Solimões, 2017. Imagem de meu amigo Maurício Tsatsiwa Kokama.

Segundo notícia publicada pelo site do Movimento de Soberania Popular frente a Mineração, MAM, centenas de peixes foram encontrados mortos no Córrego Passa Sete, rio contaminado pela barragem de rejeitos do Projeto Minas-Rio da Anglo American em Conceição do Mato Dentro, interior de Minas Gerais. A constatação da morte dos peixes aconteceu no dia 15 de junho de 2017 e de acordo com moradores da região, já havia poucas espécies de peixes no trecho mencionado. “O projeto Minas-Rio é um dos maiores empreendimentos minerários do mundo, começa com a extração do minério de ferro em Conceição do Mato Dentro e corta 32 cidades ao longo de 525 km até chegar no Porto Açu, em São João da Barra, no Rio de Janeiro. As atividades de exploração de minério em Conceição do Mato Dentro começaram em 2007, dois anos depois a Anglo American tomou posse do projeto Minas-Rio e do processo de exploração da cidade”⁵ A forma de interação rios-Estado-Capital e sua Elite Técnica tem sido frequentemente marcada pela deterioração e morte desses rios.



Imagem da notícia supracitada no site do MAM Nacional.

O Diário Oficial da União publicou no dia 26 de julho de 2017 a Medida Provisória nº 791, que cria a Agência Nacional de Mineração (ANM) e extingue o DNPM. Na cerimônia de anúncio das mudanças, o Ministro de Minas e Energia

⁵ MAM. 2017. “MG: Peixes aparecem mortos em rio contaminado por barragem da Anglo American”. Acessado em 15 de set. de 2017. Disponível em: <http://mamnacional.org.br/2017/06/19/mg-peixes-aparecem-mortos-em-rio-contaminado-por-barragem-da-anglo-american/>>

Fernando Coelho Filho comentou que as mudanças aumentarão em 80% a arrecadação com o setor. Percebe-se que o setor minerário no país passa a ser então, a partir de novembro, o setor econômico com maiores investimentos e modernização de regulações e legislações do Governo Federal.

“Trata-se, portanto, de pôr em debate o processo de tomada de decisão caracterizado pela submissão ao herói governante e ao monopólio das elites técnicas e econômicas, colocando em pauta possibilidades de confrontação, seja entre saberes das elites científicas, seja entre estes e outros saberes, seja entre o poder dos governantes e poderes da sociedade, **seja entre risco e incerteza e história e futuro.**” (Hernández e Gonçalves, 2011:81) [gifos meus]

E assim, passo a pensar no futuro do povo krenak, primeiro por ter percebido que não há muita esperança entre eles e outros atingidos que o Rio Doce voltará – ou ressuscitará, e pelo futuro ser uma preocupação. O Seu Euclídes, cuja história darei devida importância mais a frente – me concedeu a honra de algumas conversas, apesar da calma de palavras em que esteve aos seus 106 anos. Numa delas, ele diz que seu avô, em um dos momentos que sua família e outros se refugiavam nas margens do Rio, disse a alguns de seus familiares que era hora de aproveitarem o rio pois um dia ele não existiria. Que o mundo vai acabar. Ele faleceu, infelizmente, no início do ano de 2017. Ainda disputando o futuro.

A história é feita por aqueles que se opõem à história (e não por aqueles que se inserem nela, ou mesmo a remanejam). Não é por provocação, mas porque o sistema pontual que encontraram pronto ou que eles próprios inventaram permitiu essa operação. (Deleuze e Guattari, 1980: vol 4:94)



Imagem do Jornal Folha Vitória. Foto: Reprodução/GoogleMaps. Disponível em <http://www.folhavitória.com.br/geral/noticia/2016/05/imagens-atualizadas-do-google-maps-mostram-o-rio-doce-tomado-pela-lama-da-samarco.html>.

A MORTE DO UATU

“Eu tô vivo até hoje porque agora não vou viver mais? A gente tem que lutar pelo o que é da gente, a gente tem que morrer na luta.” Memória de Dejanira sobre as falas de seu pai na primeira tentativa de retorno após deslocamento forçado pelo SPI.

Não pretendo contar aqui a história dos krenak, pois isso é feito por eles de forma insubstituível. Como antropóloga vou refletir sobre a morte do Uatu e sobre as teias de relações que também me envolveram nesses processos, pela minha estadia entre eles. Sobre eu ter nascido e vivido também aos arredores do Rio Doce, e ter crescido em uma cidade forjada pelo mercado mineral e metalúrgico dos anos 40-50. Nesse sentido, o que penso e escrevo aqui são conclusões de longas conversas e longos dias na presença do povo krenak, mais especificamente da Aldeia Atorã, que foi onde fiquei por pequenos períodos entre fevereiro e julho de 2016 e poucos dias de julho de 2017, já para fins de conclusão deste texto.

No dia 56 depois que sucedeu o rompimento da barragem de Fundão foi quando cheguei as terras krenak. Fiquei na casa de Douglas Krenak, uma das lideranças do povo krenak e da Aldeia Atorã. Estava acompanhada de estudantes do curso de Direito da UFMG, quem fez essa ponte foi uma amiga de infância e pesquisadora da Clínica de Direitos Humanos da UFMG, que desde então tem trabalhado com os krenak acompanhando junto com outras pesquisadoras os entraves judiciais. Assim que chegamos, Douglas nos recebeu e tivemos uma conversa na sua mesa de varanda. Nessa conversa ele já antecipou que o que aconteceu ao Rio Doce era só mais uma parte da história do povo krenak em que eles se depararam com um desrespeito de larga escala as suas vidas. Além da angústia e insegurança pelo futuro, agora que não tinham mais o Uatu percebi também em sua fala a convicção de que ainda havia muito trabalho e luta pela frente.

Eles contaram que seus filhos e um de seus tios entraram na caixa d'água num fim de semana, nos primeiros dias após o rompimento da barragem e ele postou a foto em redes sociais. Mas que as pessoas ficaram falando sobre o desperdício de água, ainda

mais depois da situação de escassez instaurada pela interdição ao Rio, mas acontece que outrora eles estariam no rio para banhar. Eles não eram culpados, como reconhecia Douglas, pela crise, ainda mais se for por conta da água da caixa d'água. Enxerguei esse acontecimento como o que Laura Carvalho (2017) chama de tecnologias subalternas, que seria a forma como as pessoas lidam com situações adversas a sua existência de forma criativa, consciente e política, disputando seus futuros e criando-os.

Ele contou também do processo imediato após verem no noticiário o que aconteceu com o Rio. Não houve nenhum tipo de alerta ou aviso oficial de nenhuma autoridade a eles sobre o que acontecera. Eles convocaram uma reunião, pois a previsão era de que a lama chegaria a altura em que eles estão no Rio em 3 ou 4 dias. E eles precisavam estar preparados, tanto internamente, como na adoção de uma postura externa. Quando a lama chegou, Zezão Krenak me contou que tanto da margem esquerda, que é onde eles vivem, quanto da direita, onde existem espécies de vilarejos, haviam pessoas que assistiam a lama descer. Zezão conta que foi um arrastão, muitos peixes mortos e um cheiro horrível. No momento, sua esposa Mirna em ato de desespero pulou no Rio, junto aos peixes mortos. Foi com muito pesar que Zezão me narrou o momento. Ele mora em outra aldeia da T.I. Que fica mais próxima a margem do Rio. Ele é o barqueiro da Aldeia e trabalhador da terra, cultiva uma variedade de alimentos. Ele conta também que quando aconteceu, eles ainda estavam usando a água captada do Rio Doce. Passei metade de um dia em sua casa, com ele e sua esposa. Também andamos de barco, passeamos pelos arredores da sua casa. Onde ficam os escombros do Reformatório Krenak.

Quando visitei a escola indígena, com o grupo de estudantes da UFMG, ainda da primeira vez que estive lá, conversamos com as crianças no intervalo. Mencionamos o Rio e a resposta foi quase imediata. “O Rio morreu”. Quase todas as crianças falaram isso. Algumas ainda completaram: “o rio tá muito sujo, minha mãe falou que não tem como entrar mais”, “não pode mais banhar”. Sabrina, que acompanhou esse grupo de estudantes da UFMG com os quais eu estava até o Rio Doce no segundo dia que estávamos lá, contou no trajeto todo onde tinham as bicas de água, onde era melhor para entrar no Rio Eme – um Rio de menor porte que corta a T.I. e deságua no Rio Doce -, onde estavam os corregozinhos. Ela se situava de acordo com a altura do Rio Eme pra saber se estávamos mais próximos do Rio Doce. A aproximação e conhecimento da terra é formado desde muito novo. A maior percepção que ficou da conversa com as

crianças foi a de que o espaço central que o Rio tem no cotidiano da vida do povo krenak sofreria uma descontinuidade. Não que o Rio não ocupará um lugar central na memória desses pequenos, mas será um lugar e significado outro, o lugar do Rio na memória desses pequenos não será sobre seus banhos, mas será com certeza marcado na perpetuação da luta e consciência política nas gerações futuras. Não mais como muitas memórias dos jovens e adultos krenak, contando sobre suas peripécias e brincadeiras no Rio, os banhos. Como na ocasião que andei de barco no Rio com Zezão e ele falou “tira foto dessa pedra aqui e mostra pra Shirley. É a pedra da Shirley e dos meninos”, ele contou que eles subiam e se jogavam na água lá de cima. Depois ele observou e disse pra eu ver a marca da lama que ficaram nas pedras.



Foto tirada por mim, no Rio Doce, jul/2016.

Sabrina, com quem conversei mais, corrigia-me a todo tempo quando eu fazia uma pergunta e falava aldeia, ela sempre me respondia “aldeia não, grupo”. É assim que ela aprende na escola e com seus pais, de onde o nome aldeia veio externamente e tem um sentido negativo. Ela é filha de um dos professores da escola indígena. A aldeia⁶ Atorã não é a mais próxima ao Rio, entretanto, já era o caminho conhecido por essas crianças. Demoramos muito tempo para chegar lá. A percepção espacial é outra, durante

⁶ Apesar do uso da palavra aldeia ser reconhecida por eles como uma forma de comunicação externa que ainda tem seu lugar.

o caminho ficamos brincando sobre o “ali” dos krenak, que sempre fazia parecer que as distâncias eram menores do que realmente são.

Paramos nesse Rio Eme no trecho em que ele estava mais cheio, e devido ao calor e as andanças, o movimento primeiro de todo mundo foi o de entrar em contato com a água e leva-la ao rosto. Necessidade semelhante aconteceu quando chegamos ao Rio Doce, entretanto os rastros de lama que ainda estavam nas pedras e também toda a informação sobre toxicidade do Rio nos impediu. Passamos por algumas pedras até chegar mais próximo a água corrente. Um Rio imenso e muita água correndo, mas o medo de escorregar e entrar em contato com lama fez com que déssemos passos desconfiados; o medo irracional das controvérsias da toxicidade muito falada. O que pudemos fazer foi ficar olhando, imóveis, por muito tempo. Os rastros da lama ainda estavam nas margens, nas pedras. A água que levamos tinha acabado e resolvemos pedir na casa mais próxima. Era a água da Vale/Samarco, nas garrafas pet. Que os krenak conseguiram como acordo emergencial após se depararem com uma total falta de água em suas casas. O calor era imensurável. Naquele momento senti que Tio Euclídes poderia estar certo, o mundo acabaria com muito calor. Por todo canto que andei entre os krenak me relataram o aumento do calor depois da morte do Rio.

Shirley Krenak, irmã de Douglas, com quem tive a honra de conversar e aprender muito durante todo o tempo em que estive entre eles, contou sobre a vontade dela de fazer um projeto de recuperação do Rio Eme. Pra ela o Rio Doce morreu e ele não voltaria tão cedo. O Rio Eme também estava secando e ela queria investigar o porquê. Ele também faz parte da vida dos krenak mas é pequeno e frequentemente seca a ponto de sumir em alguns pontos. Ele corta a T.I. e desemboca no Rio Doce; a ideia de Shirley era de fazer o caminho dele até a nascente e descobrir o que estava acontecendo. Douglas e sua esposa Katiane contam que o Rio Eme ainda dava para banhar, que eles entravam no rio com os filhos. A idéia de Shirley faz parte de sua percepção de que o Rio Doce não é isolado. Essa percepção me ajudou a pensar que os danos sobre o Rio Doce não podem ser analisados somente pela extensão do rio, ele é um sistema complexo de águas e vidas correntes.

O Rio Doce é o pai e mãe dos krenak pois sempre cuidou deles. Seja pela sua centralidade na alimentação, diversão, ritualização e cura, ou por marcar seu lugar. Pois o lugar do krenak sempre foi beira-Rio Doce. Sempre estive na paisagem e mapas

mentais dos indígenas krenak. O Rio Doce morreu. A morte é marcada pela morte da sua substância, morte da sua água. O Rio está no mesmo lugar físico, mas interditado. Nos primeiros dias houve relatos de que em alguns trechos da aldeia e da margem do rio foi preciso colocar materiais para isolamento. A caça ao redor foi completamente impedida, os meninos mais novos estavam caçando perto da casa de Douglas, pois um de seus sobrinhos tinha o costume de caçar capivara e paca com o pai nos arredores do Rio e há muito ele não caçava. Douglas buscou o juvenzinho em sua casa e autorizou que ele, seus filhos e outros sobrinhos fossem caçar. Foi a primeira vez de alguns, sempre fazendo recordar em Douglas as lembranças de suas primeiras caças. A interdição ao Rio causou uma série de descontinuidades em outros sistemas vivos ao redor.

Em um dos momentos que estive na mesa de fora na casa de Douglas, onde passei boa parte do meu tempo enquanto estive em terras krenak, a filha de Shirley, Yná, me viu tentando desenhar um pouco da paisagem. Eu estava desenhando um campo de volêi onde os meninos jogavam, e onde tive oportunidade de jogar também. Logo ela pegou a caneta e falou “deixa eu desenhar”. Ela estava em processo de alfabetização e quis escrever o nome da caixa d’água. Mesma caixa onde recebem água dos caminhões-pipa. Em toda sua esperteza conquistada em 5 anos de idade, ela virou pra mim um dia e falou “Isabella, você sabia que eu sou índia? Minha mãe é índia, do krenak.”. Nessa esteira, ela também perguntou se eu tinha pai, mãe, casa. Sua priminha da mesma idade, Geovanna, uma vez chegou a questionar “por que você fica na casa do Tio Douglas? Você não tem família?”. Por fim, ela passou a entender minha estadia por eu ser amiga de sua mãe, do Tio Douglas e Tia Katy.



Desenho feito por Yná, julho de 2016.

Dessa forma, minha vida, o que eu faço, quem eu sou, importa de maneira crucial, fazer antropologia é se relacionar, é fazer amigos – e em outros espaços inimigos também. Não tive pretensão, durante campo, de ser a pesquisadora antropóloga, que seria detentora de um saber sobre a vida do povo krenak mais legítimo que o que eles mesmos tem. Douglas sempre me alertou para o problema de muitas vezes a palavra de um antropólogo valer mais do que as palavras do Seu Euclides, que eles sempre dependeriam de um antropólogo para institucionalmente afirmar o que eles são. Ele está cansado disso, e a Antropologia também deve estar. A partir do momento que os sujeitos pesquisadores estabelecem relações para além da pesquisa – porque afinal, dividimos cotidiano, dores, alegrias, e a vida – com os sujeitos da pesquisa não há mais como falar por eles ou no lugar deles, mas com eles. A partir, muitas vezes, de pensamentos e ideias que chegaram juntos a partir de conversas. Isso não torna a Antropologia menos científica, a torna mais (ver a discussão aqui de Isabelle Stengers e Bruno Latour). Na maioria das vezes minhas conversas envolveram para além do Rio Doce também minha vida, o que eu penso, meus planos, minhas relações familiares, o desafio de ter ido morar em Brasília... fazendo com que ora eu me aproximasse muito de cada um, ora gerasse um distanciamento.

Em uma certa ocasião, Douglas me contou que seu pai pediu para ser enterrado às margens do Rio Doce, e que ele não tinha entendido isso até então. Mas que era para demarcar o território. Assisti recentemente a um vídeo do pai deles, Nadil, contando

uma história sobre a terra e o grande mestre. Cheguei a comentar com Shirley à época que estava lá que demorei a entender que o pai deles já havia falecido, porque todo mundo sempre falava muito dele, e se referia sempre a ele, às coisas que ele dizia, pensava e falava. Eu ainda esperava o momento dele aparecer, como outras pessoas a quem eles mencionavam e depois eu acabava conhecendo, só depois entendi que ele havia falecido. Mas seus pensamentos ainda ecoam no cotidiano de seus filhos e familiares da Aldeia Atorã. E também ainda na boca de alguns fazendeiros da região. Aqui vai um trecho transcrito da fala de Nadil:

“[...] que que é coisa importante, é a terra. A lua, o céu, a estrela. É o vento né, esse vento maravilho que nós recebemos. É a noite que vem, né. A gente dorme, quando cê dorme, que coisa maravilhosa, você vai sonhar, né, você vai querer ter sonhos. Não era pra ter sonho ruim. Hoje existe sonho ruim, é por causa que as pessoas colocaram. Então você vive com dois sonhos hoje, mas antigamente se você pensasse um negócio você ficava com um sonho só. O que que era um sonho só, era você tomar banho nessas cachoeiras lindas que é de água cristalina, hoje você tem medo de tomar água. As pessoas tem medo de tomar água hoje, por seguinte, por causa que está tudo poluído, tem muitas coisas ruim. Mas eu acho o seguinte, o povo krenak, com ajuda de muitas pessoas que vem, que nós precisamos de ajuda, precisamos de ter irmãos, irmãos que vem pra cá. Porque eu considero nós todo mundo, eu sou carne, todo mundo é carne, a gente tem uma cultura diferente, mas a gente não pode discriminar outra cultura, aquela cultura tem significado com aquela pessoa, minha cultura tem significado pra mim. E isso vai pro mundo todo. [...] Se todos nós no mundo inteiro começássemos a respeitar a cultura um do outro. Eu creio pra vocês que nós não que talvez não tivesse o sofrimento. Se nós fosse pensar que nós fossem o caroço de mostarda por exemplo nos seríamos muito feliz. Mas o Grande Mestre não deixou sofrimento. Deixou a terra. Meu pai conta uma história da terra que é muito legal... Quando nós fomos cavar a terra, a terra gemeu, saiu sangue na terra... “Ui que que é isso”, mas me fizeram, me fizeram né, e eu preciso de alimento, eu preciso de muita coisa e a terra tem que me alimentar. Mas tá viva... como é que eu vou fazer isso, não posso plantar. Ah... vamos se comunicar ao grande mestre que fez pra ver como a gente pode fazer, resolver com a terra, a gente tem que dialogar, pra que como que a... vamos conversar com ela. Então chamou o Grande Mestre o Grande Mestre chegou, sentou. Mas já sabia de tudo, mas primeiro tinha que ver, os dois espíritos né,

o espírito humano e o espírito da terra. Pra se dialogar pra ver como que ia fazer. Aí começaram a conversar... e o Grande Mestre falou assim, olha, que que houve? Falando pro espírito da terra. Falou, olha, eu não quero que ele faça isso, tá me arranhando... tá me machucando. Aí o humano pegou e falou o seguinte... olha, mas eu preciso de alimentar, preciso viver, preciso de andar, preciso de alimento, preciso da energia. Mas aonde que eu posso... vamos, vamos dialogar nós três aqui. Mamãe terra, vamos fazer o seguinte, a senhora vai deixar o humano plantar, pra ele comer, tem que sobreviver, tem que tratar dos filhos dele, vai ter família, vai ter tudo precisa tratar. A terra tudo bem... e eu. O espírito-terra perguntou: “E eu?” O Grande Espírito falou assim, quando ele se for eu pego o espírito dele e a carne dele vira terra, tá bom? Tá ótimo.” Nadil Krenak, em vídeo-entrevista.

A noção do espírito-terra negociando com o espírito-humano é cara ainda nas tratativas do povo krenak e guiam suas ações e lutas. Por fim, o destino de seus corpos será a terra. Não uma terra passiva e mecânica, troposférica, mas matéria com espírito e vida. A vida de Valdemar Krenak, Nadil, como me contou seus filhos, a política guiava a ontologia e a ontologia a política. Não existe apenas natureza, ou cultura, mas sim naturas-culturas, naturezas em relação com culturas e culturas em relação com naturezas. O maior desafio desse pensamento de Nadil foi encontrar um polo com capital bélico, cultural, institucional e financeiro que pensa Natureza e Cultura, e assim, genocida naturezas ou culturas que não possam ser utilizadas nem para o desfrute da vida (cachoeiras, praias, povoados turísticos) nem em geração de trabalho (τ). O modo dos krenak, assim são, modos totais de ser, inventar o eu a e sociedade. E não deve ser pensado em detrimento a modos capitalísticos, a partir deles, mas com eles. Estão ao contrário, sim, em muitos sentidos e rotas. Tanto em seus caminhos de fuga quanto em esses caminhos de retomada, o povo krenak existe enquanto povo krenak, pensam enquanto povo krenak. Carregam no nome, no corpo, as marcações do ser krenak. Essa imagem potente da terra foi uma das que mais tive durante todo meu tempo com eles.

A Guerra Sem Fim

Uma outra justiça, um outro movimento, um outro espaço-tempo.

(Deleuze e Guattari, 1980[2008]: vol. 5:14)

Não há como estar entre os krenak conversando sobre a morte do Rio Doce e não lidar com a história desse povo frente ao Estado. A morte do Rio Doce era sempre contada e remontada por linhas ou saltos de acontecimentos passados que em convergência formam a situação do povo krenak hoje. Entre esses estão as reparações ainda não efetuadas dos crimes da ditadura contra esse povo, o marco temporal que impede que eles demarquem também o território do Sete Salões, a morte e interdição ao Rio Doce, os conflitos judiciais e sociais com a Samarco e Fundação Renova e as inclusões nas discussões ambientais país a fora.

Douglas me contou sobre a ocupação da ferrovia, onde eles passaram alguns dias nos trilhos impedindo a circulação dos trens da Vale e que foi motivada pela demora da Vale, governos estaduais e federal em procurar os krenak para as medidas emergenciais. Nos primeiros dias eles ainda estavam captando água do Rio. A ocupação da ferrovia foi uma das frentes de atuação política dos krenak, a luta como a afirmação da vida (Clastres, 2011:177; Molina, 2017), o ser krenak é uma afirmação de vida, lutar para ser reconhecido em suas diferenças é lutar pela continuidade de sua existência. Eles continuam vivos e lutando, guerreando, pela defesa e pelo luto pelo Rio. Por continuar sendo krenak – como nunca deixarão de ser -, o Uatu pode ter morrido e junto com ele uma série de outros seres e relações, mas os krenak permanecem vivos e lutando pelo direito de estarem vivos.

A discussão na etnologia sobre as manifestações cosmológicas, sociais e históricas dos povos indígenas com os brancos vem ganhando novos contornos nas últimas décadas, parte das produções em não partem da ideia de que a história dos povos indígenas no Brasil seria parte ou a partir da história do contato com as sociedades brancas e nacionais. Pois pelo contrário, esses povos existem, interpretam, vivem, negociam e renegociam identidades e interpretações sobre suas histórias, complexificadas pela subordinação dos acontecimentos e violações históricas aos seus próprios sistemas simbólicos e cognitivos. Os diferentes momentos em que os brancos reaparecem na história do povo krenak causam múltiplos sentidos de agência e potência

para a história desse povo. As relações com a Vale e os Governos Estaduais e Federais – esses três em muitos momentos confundiram-se – ganharam novos moldes, etapas e controles, mas num processo contínuo, para os krenak, da violação de suas vidas.

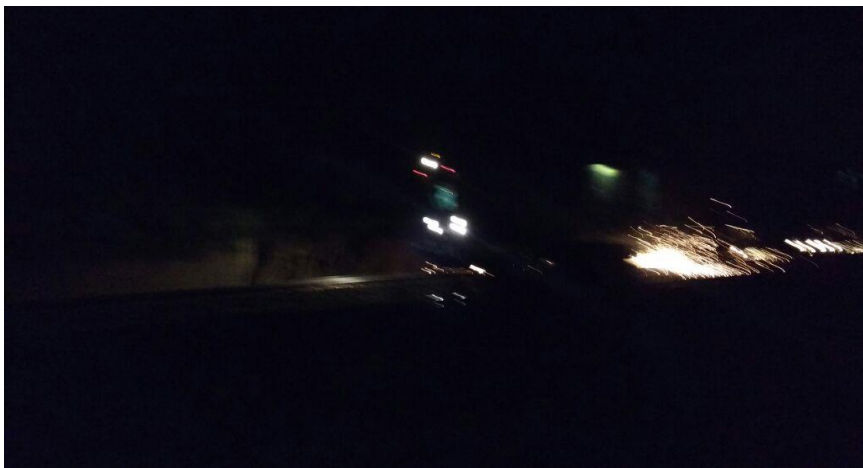
A necessidade de não homogeneizar os “brancos” também se faz necessária para uma análise das violações ao povo krenak a partir de sua colocação ao e no mundo. Os brancos surgiram como, primeiro, os desbravadores da região do Vale do Rio Doce, segundo como funcionários e elite técnica da ferrovia, posteriormente como pequenos povoados que formaram as cidades de Resplendor, e continuamente agentes e técnicos da Vale. Hoje, como ativistas, pesquisadores. Os krenak situam todas essas diferenciações dos brancos. Sabem com quem podem e não podem fazer alianças. Douglas conta que seu pai sempre soube conversar com todos, mas com a consciência de quem estava ao seu lado, e quem estava pronto para acabar com sua vida. Nesse sentido, Douglas tem traçado uma trajetória de alianças com alguns setores da sociedade, ativistas, pesquisadores, pesquisadores-ativistas, separando-os segundo aproximações e rupturas com alinhamentos de vida. Na última ocasião que estive entre os krenak, o padre da cidade e dois comerciantes relacionados a política local de Resplendor, foram até a casa de Douglas pedir doação para a cavalgada da cidade. Enquanto um desses homens falava eu observava que a todo momento ele reiterava a importância do povo krenak para a cidade, que hoje eles sustentam a cidade. Que conheceu o pai de Douglas e ele era um verdadeiro guerreiro. Mais tarde, depois que foram embora, Douglas conta que a família desse mesmo senhor era dona de um pedaço das terras historicamente do povo krenak, e que à época eles odiavam sua família. Que a todo tempo o avô e pai desse senhor ameaçou avô e pai de Douglas. E que até hoje, em idade avançada, o avô desse senhor vê Douglas ou seus irmãos na rua e lembra se seu avô Jacó... “Jacó cortador de cabelo”. Eles carregam até hoje as marcações da história do seu povo na região. E que hoje, esse mesmo homem estava sentado em sua mesa falando da importância do povo krenak para a cidade de Resplendor.

Quando Douglas viu o título provisório desse tópico - na ocasião em que estive lá em 2017 para mostrar o que já tinha escrito e ter mais umas conversas e quando ele ainda era intitulado “A ocupação da ferrovia e enfrentamentos a Vale e Estado - no qual eu falava em ocupação da ferrovia, ele disse que a ocupação da ferrovia na verdade não foi uma ocupação deles, no sentido de que é a ferrovia que ocupa suas terras e não o contrário. Que a Vale foi a maior responsável por promover a fuga e as tomadas de terra

do povo krenak. A linha férrea é que ocupa o território krenak, e não o povo krenak que ocupa a linha férrea. Na segunda vez que estive entre eles, fomos a margem direita do Rio Doce onde existe um cemitério krenak, e a 4 ou 5 metros dessa linha férrea. A construção da linha e a circulação do trem Vitória-Minas causou um desarranjo ambiental no espaço. Em 1920 a Ferrovia Vitória-Minas inaugurou as estações de Ipatinga e Coronel Fabriciano, nisso, a atual região do Vale do Aço foi pólo estratégico para a instalação de usinas siderúrgicas. O primeiro trem de Minério foi carregado em 1940, esse minério veio de Itabira e seguiu para o porto de Vitória em uma viagem de 24 horas. Em 1944 criaram a estação de Acesita, na minha cidade natal Timóteo, de lá vinha o minério para abastecer a siderúrgica, o Mapa 1⁷ permite uma visualização desses processos. E das siderúrgicas saem o aço para os portos de Vitória. A Estrada de Ferro Vitória-Minas passou a ser considerada a mais moderna das Américas.

O monstro Guapók – o trem da Vale – transporta esse minério tóxico, e faz parte das significações desse povo como um monstro, uma criatura que transporta o mal e mata. Era uma entidade que cuspiam fogo e fumaça, espantava a caça. A última vez que estive na casa de Douglas – na mesma ocasião em que mostrei a ele parte da redação desse texto - ele me mostrou uma foto recente na estação de Resplendor no momento em que fazem manutenções na linha férrea e nos vagões locais. Ele e sua esposa Katiane disseram que até hoje elas assustam, imagina à época de seus antigos, que nunca tinham visto nada parecido. Essas manutenções são feitas regularmente a noite, em estações de trem da Vale, onde são usadas técnicas de soldagem etc. para a circulação férrea. O monstro Guapók também espantava a caça. Douglas perguntou “você acha que um trem desse não espanta caça ao redor? ” Na época os krenak saíam a noite para arrancar os trilhos à medida que eles iam sendo construídos. Organizavam expedições. A *gente da companhia* como se referia Euclides e sua irmã Dejanira Krenak aos funcionários nas construções dos trilhos, estavam sempre em conflito com o povo krenak. Katiane, a esposa de Douglas, me cedeu posteriormente a foto da noite em que ficaram espantados com a manutenção dos trilhos.

⁷ Colocar referência do mapa.



Imagens de Katiane e Douglas, na estação de Resplendor, da Vale, 2017.

A reunião do acordo emergencial, que aconteceu após o impedimento da circulação dos trens da Vale pelos Krenak, foi em uma sala com encarregados da Samarco. Pelos relatos que tive, os krenak levaram para reunião garrafas com a água do Rio Doce lameada e serviram em copos, para caso alguém na reunião sentisse sede. Colocaram os copos na mesa onde estavam sentados os encarregados da Samarco e ao lado os peixes que vieram com a lama, que formaram uma camada de animais e vegetação morta que ia descendo com a lama pelo curso do Rio. Pelos relatos, o cheiro dos peixes em estado de putrefação dominou o ar da sala pequena em que mais de 40 pessoas, em sua grande maioria krenak, decidiram durante um dia inteiro os reparos emergenciais. Quando firmaram os reparos emergenciais decidiram pela desocupação do trilho. A situação de conflito com a Polícia Militar de Resplendor já estava se acirrando, eles estavam prestes a serem retirados forçadamente. Douglas conta que essa tem sido a única forma deles serem ouvidos na última década. O fechamento da linha férrea significa prejuízo de rendimentos diários milionários a Vale. A máquina de guerra, diferente do aparelho de Estado, não opera ligando ou pinçando as coisas, tomando-as para si; mas com criatividade de forma diferente, a máquina de guerra, sendo a máquina de vida permite operações como a desta reunião, em que o espaço é territorailado e desterritorializado, desterritorializando o inimigo “através da ruptura interna de seu território” (Deleuze e Guattari, 1980:14)

Estive em uma reunião que Douglas compareceu na 6ª Câmara de Coordenação e Revisão de Populações Indígenas e Comunidades Tradicionais do Ministério Público Federal, na qual foi lançado o documentário Guerra Sem Fim⁸. Douglas sempre me disse que a guerra declarada desde o Príncipe Regente no século XIX nunca havia acabado. E ainda assim, a guerra justa, o projeto aos indígenas na ditadura, a guerra contra o povo krenak à época da construção dos trilhos da Vale, nos anos 10 e 20 do século XX. Essa guerra só vem se transformando, ganhando novas formas.

A luta agora continua, mas de forma mais difícil devido à grande teia que envolve Governo Estadual, Federal e as empresas Samarco, Vale e BHP: o pagamento e indenização da Samarco não tem andamento judicial. Os krenak têm acompanhado eventos pelo país para discutir e apresentar as situações envolvidas na morte do rio, e

⁸Documentário produzido pela Unnova Produções em parceria com o Ministério Público Federal (MPF - 6CCR; PR-MG; PRR 3a Região) com apoio da Associação Nacional dos Procuradores da República (ANPR) e da ANDHEP.

com outros movimentos construíram atos pela região do Vale do Rio Doce. Douglas e Shirley falaram que as pessoas começaram a protestar por demandas e com estratégias que eles já lutavam há muito tempo; e que isso é importante, escutar na cidade que os índios estavam certos quando outrora sofriam todo tipo de discriminação. Quando fechavam a ferrovia, eram alvo de declarações racistas, como exemplificaram “os índios são preguiçosos, atrapalham o progresso”. Para Douglas uma das principais vitórias com o impedimento da ferrovia foi o reconhecimento que tiveram de que não são eles que impedem as coisas. Ele conta que antes, até mesmo em organizações dos movimentos pela bacia do Rio Doce, eles eram taxados de loucos por baterem sempre na mesma tecla de restaurar a vegetação das margens do Rio Doce, e que hoje eles não são mais “os loucos”. Sem dúvida, o que ficou do rompimento da barragem e interdição do Rio Doce foi um susto geral de toda a população da bacia do Rio Doce, principalmente na cidade.

A discussão sobre o resultado intencional de processos etnocidas foi feita por Viveiros de Castro (2015); nessa discussão o genocídio é uma das formas do etnocídio, pois destruiria sócio-culturalmente um povo através de sua destruição física. A discussão sobre o etnocídio ser um efeito colateral ou não de grandes projetos pode ser respondida pelos krenak. A ditadura ou as guerras justas que afetaram seus ancestrais botocudos não foi um processo que afetou os indígenas incalculavelmente. Pelo contrário, os escombros do Reformatório Krenak que estão na T.I. Krenak, próxima a casa de Zezão, não deixa que apague da memória e história krenak o projeto específico que a ditadura tinha aos indígenas. Muitos krenaks foram presos por estarem falando sua língua. O pai de Zezão foi preso pelo o que eles os agentes da Guarda Indígena Rural chamavam de vadiagem. Como dizer ao povo krenak que experienciou um projeto concreto e multifacetado de “gestão indígena” de governos sucessivos que o que eles viveram era apenas efeitos colaterais de projetos nacionais maiores. E que os danos causados a esse povo não foram intencionais?

Terras demais para poucos índios

Dois índios velhos, 50 índios rebeldes, 50 famílias que cultivam a terra, sete soldados. Os personagens de uma história difícil de ser contada, mais difícil de ser entendida, e que deve ser explicada. Uma história que acontece em Crenaque, município de Minas.



De longe, parece um Pósto Indígena como os outros. Lá perto é que se vê: os índios constroem as casas que vão ser, depois, suas próprias caçarias. Mas chegar perto é difícil, e mais difícil ainda é conhecer a história de dois índios domos de 300 alqueires: os velhos Jacó e Sebastião. O texto é da Sucursal de Belo Horizonte.

CHAMIA-SE Crenaque. Um lugar do município de Resplendor, Minas Gerais. Fica na margem esquerda do Rio Doce, numa área de 11 alqueires, mais ou menos. É o Pósto Indígena "Guilherme Marinho", da Fundação Nacional do Índio.

O Pósto está dentro de uma extensa faixa de terra, de 800 alqueires, doada pelo governo de Minas à FUNAI, em 1939, para instalação de uma colônia agrícola para os índios das tribos Crenaque e Polchiana, para colônias.

Mas a colônia nunca foi feita, e as terras são da União, até hoje. Os índios eram muitos, mas poucos tinham os 11 alqueires margem esquerda do Rio Doce, hoje são dois: o velho Jacó e a velha Sebastião, e de mais 50 índios de todas as tribos, os 50 índios rebeldes só saíram de lá quando estiverem de novo bem comportados.

O quilômetro exato da palavra "rebelde", aplicado aos índios, até agora ninguém entendeu. E os moradores da região contam que as crianças que podem ser vistas do outro lado do Rio Doce, e que os próprios índios constroem, são feitas para os índios rebeldes.

O Pósto Indígena sempre teve 11 alqueires. Os outros 800 alqueires, doados em 1939 pelo governo de Minas à União, são da FUNAI desde sua criação, em 1967, e estão ocupados, em parte, por posseiros: cerca de 50 famílias, cujos antepassados lá viviam por lá, muito antes de 1939.

O ex-prefeito de Resplendor e advogado da região do Rio Doce, Alexandre de Almeida, quer evitar que os posseiros sejam expulsos da região pela FUNAI, e pede justiça: as terras para os que trabalham nela.

E faz também uma acusação grave: os crenaque e polchiana que vivem na região, não são índios porque foram abandonados. "Não são o abandono uma forma de zombaria?"

O advogado Alexandre de Almeida tem certeza de uma coisa: os índios considerados "rebeldes" de todos os Estados brasileiros ocupam a região, não só nos 11 alqueires do Pósto, mas nos outros 800 alqueires, e lá trabalham na construção de casinhas onde eles mesmos fixaram péssimo. E não recebem nada por seu trabalho.

Terra sem proveito

O advogado Alexandre de Almeida, conhecido em toda a região do Rio Doce, que lá foi prefeito durante sua vida, tem certeza de uma coisa: os índios e também os posseiros não têm proveito da terra. Muito menos os restantes 800 alqueires que também são da Fundação Nacional do Índio e onde deveria ter uma colônia agrícola.

Ele explica como a terra passou a ser da... FUNAI.

— No dia 18 de setembro de 1939 o governo de Minas Gerais doou à União 800 alqueires destinados aos aldeamentos dos índios Crenaque e Polchiana e também para a fundação de uma colônia agrícola para índios e colonos. Na ocasião as terras estavam ocupadas por famílias que, vindas de outros pontos do Estado, cultivavam a área. Depois disso, os representantes das duas tribos foram reunidos ali, em 11 alqueires na margem esquerda do Rio Doce. Eram mais de cem índios. Mas a colônia agrícola nunca chegou a ser criada.

— A área total era de mais ou menos 800 alqueires, passando pelo interior do distrito de Indiarubim, no município de Resplendor. E ocupada, em grande parte, exclusiva a localidade de Crenaque, onde está atualmente o Pósto Indígena, e mais de 50 famílias de agricultores e pecuaristas, descendentes dos posseiros que lá estavam por lá há mais de 50 anos. São grandes produtores de leite e de carne.

— Dos cem índios, mais ou menos, das tribos de Crenaque e Polchiana, restam o velho Jacó e a velha Sebastião. As duas tribos estão praticamente extintas.

Lembra o advogado Alexandre de Almeida a Emenda Constitucional de outubro de 1968, que em seu artigo 191 diz: "As terras habitadas por selvagens são insuscetíveis nos termos que a lei federal determinar, e são cobradas a seu posse permanente e ficando reservado o seu direito ao usufruto exclusivo das riquezas naturais e de todas as utilidades delas existentes".

— Mas acontece que os 800 alqueires prometidos que a FUNAI tinha em mente, num acordo difícil de se compreender, não são "habitadas" por selvagens, mas por pessoas que cultivam a terra. Por isso, não se enquadraram no espírito do dispositivo constitucional.

E pensando nisso que o advogado Alexandre de Almeida afirma que "as famílias que ali residem não querem mais a doação das terras, mas sua aquisição pelo Estado que se enquadra na atual lei que dispõe sobre o Estado da Terra e que possa assegurar a todos a tranquilidade que merecem e de sua aquisição, para que possam continuar a cultivar a terra, que receberam de seus antepassados".

O advogado lembra também que, em recentes decretos, o governo federal desapropriou extensas áreas do norte de Minas Gerais, impulsionado a área prioritária para fins de reforma agrária, mas não fez a fazer de que doar os velhos posseiros as áreas que de maneira, através da FUNAI.

Prisão ou escola?

A viagem até o Pósto Indígena "Guilherme Marinho" é complicada. A estrada é ruim, e a chegada até a margem direita do Rio Doce. Depois vem a travessia do rio, em canoas. Na margem esquerda, depois de andar uma vinte metros, até a delegacia policial. Lá dentro há um salão e os cinco soldados, todos da Polícia Militar de Minas Gerais, e os serviços da FUNAI, os advogados.

Na semana passada dois soldados da Guarda Rural Indígena foram visitados pelo Pósto Carmindo e Otilio, dois machucados. O primeiro, à lei do Pósto Indígena porque era "rebelde". Agora é só bombardeio, e sua com omissão da Guarda Rural Indígena.

A imprensa não pode visitar o Pósto — chega no máximo, até a delegacia. Só com autorização especial do capitão Roberto, chefe da Administração da FUNAI, em Minas. Só que o capitão não dá a autorização especial. E a imprensa não chega até o Pósto. Cabe Segurado diz que lamenta muito, mas a imprensa só entra com autorização especial.



ESTA GUERRA VAI ACABAR

Para resolver os litígios com fazendeiros sobre direito de propriedade e evitar novos atritos entre civis e índios no Maranhão, o ministro Costa Cavalcanti, do Interior, anunciou que a Fundação Nacional do Índio vai demarcar as terras dos índios no Estado. A medida é considerada de maior importância, porque implica a sobrevivência dos índios, e evita a perda de suas terras pelo gado dos fazendeiros que atinge a caça e causa danos às lavouras.

Para o ministro Costa Cavalcanti, a demarcação será feita através de convênio entre a FUNAI e a Secretaria de Agricultura do Governo do Maranhão e a forma os convênios NCR-200 pelo Fundo para serem aplicados até ano. É o primeiro convênio firmado para a demarcação das terras dos índios no Estado. O Serviço de Desenvolvimento Agrário do Estado, em trabalho conjunto com a FUNAI, ficará encarregado do levantamento das aldeias, fornecendo elementos técnicos e a Fundação dará recursos financeiros e materiais.

Depois de dizer que a FUNAI ainda apresentará um programa definindo as áreas prioritárias, especialmente aquelas onde periodicamente se verificam incidentes entre índios e fazendeiros, o ministro Costa Cavalcanti acrescentou que diversos incidentes resultaram em violência de parte a parte, até com mortes, como em 1963, no município de Barra do Corda. A fiscalização de campo será, também, tarefa da FUNAI, que utilizará nisso, tanto quanto possível, a mão-de-obra indígena. Todo litígio que houver, resultante dos trabalhos de demarcação e demarcação, será atendido pelo Departamento Jurídico da FUNAI.

Para evitar os trabalhos de demarcação, neste ano, a FUNAI convênios NCR-200 não se enquadram em caso de indenização. Entretanto, além desses recursos orçamentários, a FUNAI dará transporte rádio-comunicação e hospedagem às turmas de campo, e mais tudo o que for necessário para o apoio logístico do trabalho, inclusive celeração uma reserva para transporte do pessoal e suprimento de reconhecimento das áreas a serem demarcadas.

Empresa faliu, 298 estão sem emprego

SAO PAULO (Sucursal) — O Sindicato dos Trabalhadores na Indústria de Fiação e Tecelagem de Santo André, apreendeu, amanhã, a Justiça do Trabalho, uma petição contendo o quantum de salários que os operários de Têxtil Colber deverão receber, por causa da falência da firma, decretada pela Justiça da Guanabara. A petição será encaminhada ao Ministério do Trabalho.

Ombus mais caro para Curitiba

SÃO PAULO. Não estão relacionados os salários em Paraná, Paraná, 13º Salário, reajustes que não foram pagos desde agosto de ano passado, quando ocorreu o decreto de falência, e econômico. O ombus mais caro para Curitiba, em razão da falência da firma, decretada pela Justiça da Guanabara. A petição será encaminhada ao Ministério do Trabalho.

Minas dá trabalho para os cegos

BELO HORIZONTE (Sucursal) — Visando, especialmente, emprego para os cegos, o Conselho Estadual de Assistência aos Cegos já está trabalhando em diversos setores. Colaboraram para a realização do ciclo de conferências SENAI, promovido pelo Conselho Estadual de Assistência aos Cegos, o SENAI de Belo Horizonte, Secretaria do Trabalho e Ação Social e o UFRAMIG.

SERVÍCIOS AERÉOS CRUZEIRO DO SUL S. A.

ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA SEGUNDA CONVOCÇÃO

Não se tendo realizado, por falta de número legal, em primeira convocação a Assembleia Geral Ordinária, marcada para o dia 8 de abril, são os Senhores Acionistas dos SERVIÇOS AERÉOS CRUZEIRO DO SUL S.A., convidados para se reunirem, em segunda convocação, na sede social, à Avenida Rio Branco, 128 — 15º andar, nesta Capital, às 15 horas, no dia 15 de abril corrente, com a seguinte ordem do dia: a) exame, discussão e deliberação sobre o Relatório da Diretoria, o Balanço e Demonstração da Conta de Lucros e Perdas e o Projeto do Conselho Fiscal, relativos ao exercício de 1969; b) eleição dos honorários da Diretoria; c) Membros do Conselho de Administração da Diretoria; d) Membros do Conselho de Administração da Diretoria; e) Membros do Conselho de Administração; f) assuntos inerentes e conexos à ordem do dia.

A Assembleia Geral Ordinária, em segunda convocação, de acordo com os dispositivos legais, será realizada com a presença de qualquer número de acionistas.

Rio de Janeiro, 5 de abril de 1970.

LEOPOLDINO CARDOZO DE AMORIM FILHO
Diretor Jurídico
FUEICO DE FREITAS VALLE
Diretor Financeiro 4543

TRABALHO

Este aumento será para 200 mil

Seria na próxima quarta-feira, às 13 horas, a primeira audiência de conciliação de duas entidades impetrado pelo Sindicato dos Comerciários da Guanabara, entre diversos empregados, patronos, indústria e Sindicato dos Lojistas.

A audiência será no Tribunal Regional do Trabalho, presidida pelo juiz José de Moraes Torres. Além de aumento salarial, os comerciantes pedem férias de 30 dias e férias extras retribuídas. O Departamento Nacional de Trabalho ainda não fixou o percentual de aumento dos comerciantes, que beneficiará, quando for decretado, cerca de 200 mil trabalhadores.

INPS

Por não ter baixado, ainda, instruções para a aplicação do Regulamento 168 do Departamento Nacional de Previdência Social, aprovada em abril do ano passado, a Secretaria Executiva do INPS, continua restando o mesmo número de processos de aposentadoria de trabalhadores e profissionais autônomos — médicos, dentistas, advogados, professores, engenheiros e outros. A Resolução 168 do Departamento Nacional de Trabalho, que autoriza a concessão de aposentadoria do exercício que exerce mais de uma atividade. Mas, como o aumento da Resolução que ainda não foi regulamentada, os processos de aposentadoria, já requeridos dentro de seus dispositivos, aguardam deferimento há vários meses.

Em recente ordem de serviço relativa a processos de aposentadoria especial, que foram o número 501.27.67, o secretário executivo de Recursos Sociais do INPS não tem recebido a Resolução 168 do Departamento Nacional de Trabalho, que autoriza a concessão de aposentadoria espe-

TUDO FÁCIL NO JORNAL DE SERVIÇO

AVISO

UNIÃO DOS REVENDEDORES — AUTO INDUSTRIAL — AUTO MODELO — GUANAU LTDA.

Comunicamos a nossos associados e clientes que a Seção de Prestação de Serviços passará a funcionar em sua sede à RUA SÃO CLEMENTE Nº 298 — BOTAFOGO, a partir do dia 15 do corrente. Assim sendo, os casos de:

- Baixa de Reserva de Domínio (quer no Cartório, quer no Departamento de Trânsito).
- Renovação de licença de veículo.
- Pagamento de taxas e multas.
- Informação de ocorrência de veículos segurados por nosso interesse (Roubo e Incêndio).

deverão ser pedidos e encaminhados no endereço acima.

UNIÃO DOS REVENDEDORES 45446

Douglas contou que seu avô Jacó cortava cabelo do pessoal na rua as vezes de graça para que ninguém contasse pros guardas que eles estavam na cidade. Porque nessa época já tinham os guardas naquela região do Reformatório Krenak. Se soubessem que haviam indígenas no centro vinham buscar e batiam “de lá até aqui”. Segundo o jornal Correio da Manhã, na imagem acima, “Na margem esquerda do Rio Doce funciona agora um posto indígena da FUNAI. Lá dentro, dois cabos da PM e cinco soldados tomam conta do velho Jacó e da velha Sebastiana e de mais 50 índios de todo Brasil, considerados rebeldes. Para o velho Jacó e a velha Sebastiana, não há mais esperanças: só sairão de lá mortos. ” Douglas contou também que seu pai e um primo apanhavam muito desses guardas, esse primo sempre conta alguma história daquela época sobre o que ele e pai de Douglas passaram com os guardas. As vezes eram advertidos ou presos só pelo guarda considerar que o jeito que estavam andando ou o comportamento de quando passavam perto deles era desrespeito. Ainda por ação desses guardas, Douglas conta que os dedos de seu avô eram tortos por conta dos instrumentos de tortura do Reformatório, ele perguntou se eu lembrava dos dedos de Tio Euclídes, que também ainda carregavam marcas da época. Douglas contou que seu avô chorava e chorava porque com as sequelas no dedo não conseguia mais ter movimentos precisos para fazer as flechas.



Foto tirada em julho, 2016. Zezão nos escombros do Reformatório Krenak.

No dia em que visitei Zezão ele me levou até os escombros desse Reformatório Krenak e me contou o que acontecia à época. Que seu pai havia passado muito tempo trabalhando forçadamente no Reformatório até falecer tempo depois “pego pelo trem”. Mirna, esposa de Zezão, que também nos acompanhava a pedido do marido, disse que criava porcos por ali perto, mas que acabou não dando certo porque era um lugar de muito sofrimento e alguns antigos e seus espíritos ainda não conseguiram sair dali e perturbavam os porcos.

Os MANIFESTOS COSMOPOLÍTICOS

DE TIO EUCLÍDES e DEJANIRA

“Eu tenho uma lembrança que esse é o fim do mundo”.

A primeira vez que falei com Euclídes, ele estava com sua irmã, Dejanira, na cabana dela, onde acontecem algumas das reuniões mais importantes da aldeia. Lembro dele falando com voz calma e baixa: “O mundo vai acabar”. Depois disso, escutei ainda mais elaborações do Euclídes sobre o fim do mundo, que ele viria em fogo, calor, e também na destruição. Em uma segunda ocasião, ele dizia: “Hoje você não vê índio na beira do Rio. Cabô. Cabô. Cabô.” A repetição não era à toa. Quando fui gravar uma entrevista com ele, ele perguntou se eu era jornalista ou algo do tipo. Eu falei que fazia faculdade, e queria fazer uma pesquisa, então ele perguntou de Brasília e mencionou que alguns de seus sobrinhos também estudaram, outros dois eram professores.

Eu perguntei, “você passou muito tempo longe?” ele respondeu que sim, trabalhou muito tempo no Mato Grosso, debaixo de sol e chuva, depois ele voltou e “deus ajudou que tudo melhorou. Melhorou de uma parte e piorou do outro. Melhor coisa é que é água né, não tem água. Não adianta cê ter dinheiro no bolso e ficar com sede.” Ele lembrou que algumas coisas melhoraram de fato na vida dele, que foi a oportunidade de voltar à sua família e as suas terras, mas que enfim, não se pode morrer de sede. E a realidade é que o índio não poderia ficar na beira do Rio mais. Ele conta que morava com as mães e irmãos na beira do rio, tudo a beira-rio. Depois foram retirados de lá, das várias vezes que os krenak foram removidos forçadamente de suas terras.

“Que que a gente pode fazer, a gente não pode fazer nada. Hoje as coisa tá estranha, as coisa ficou diferente. E daqui pra frente vai ficar mais diferente ainda. Eu tenho uma lembrança que esse é o fim do mundo. É o fim do mundo. O estudo do povo destruiu muitas coisas. [...] No passado não tinha essas coisas, vivia folgado, vivia tranquilo, caçando pescando. Mas hoje, cabô. A gente vai, vamos ver daqui pra frente. Eu não vou passar essas coisas porque eu tô na metade do caminho, quem vai passar isso são os mais

novos. Eu sou professor, de cultura, ensino as crianças a cultura. É importante, tem bastante criança. Eu não saio mais, saio só pra resolver algum problema, comprar alguma coisa, pegar um dinheiro. Quando a gente pega o dinheiro a corda tá na frente, não adianta nada. Só Deus. Coisa difícil. Nós vamos ver muitas coisas diferentes, tenha certeza.

- O que você acha que pode acontecer... assim? Porque já está acontecendo né...

- Já tá acontecendo, tá um calor que ninguém geunta mais. A gente mei sapecado de sol né. Tá queimando, né. Fui na rua hoje com minha irmã e cheguei com o corpo todo ruim, corpo todo doendo. Meu corpo tá ruim... “que que foi?” Ah nada não... Acabei de almoçar e fui deitar um pouquinho. Aí levantei bom.”

Na hora da entrevista, não puxei mais assunto sobre o que seria o estudo do povo, mas como algo que escutei de outros krenak esse “estudo do povo” que Euclídes se referia estaria na esteira da noção de refinamento cultural e técnico-tecnológico. Euclídes foi retirado, ainda novo, e levado de caminhão para fora do Estado de Minas Gerais junto com sua família e outras pessoas krenak. Ele conta que o pai voltou para as margens do Rio Doce, ele não, depois foi para o Mato Grosso e depois ficou lá até Dejanira e seus filhos e sobrinhos o trazerem de volta, em 2012.

Eles falavam nada não, vão bora vão bora vão bora. Tivemo que sair. Papai deixou boi, deixou cavalo, deixou tudo. Fui de a pé. Quase três meses só caminhando. Com muito custo cheguei. Papai arrumou uma terra de novo. Eles falaram, vão te matar lá. Mas papai falou, vão matar nada, ele voltou mesmo. Naquele tempo os índio eram bobo. Hoje não, tem índio sabido.

[...]

Mas não tem dinheiro nenhum que pague né. Essa água que eles carregam aí. Lá se vai carregando os minérios, pedra. É tanta pedra né. [...] veneno. Aquilo é ouro pra eles. A gente não pode fazer nada né. Essa [inaudível] que eles carregam aí, é difícil até comer se bobear.

Antes de começarmos a gravar a entrevista, ele chegou a mencionar que talvez sua cabeça não estivesse funcionando direito, mas que sua memória era boa do Uatu. A História, num sentido positivista e colonial, pode tentar a toda forma romper os laços com a memória (Deleuze e Guattari, 1980[2008]:94), pode querer deslocar coordenadas,

cortar ligações, matar rios, mas a fronteira do pensamento krenak não está aí. E nunca poderá ser subvertida. Euclídes elaborava até a época o seu ser krenak e ser indígena. Dizia que hoje os indígenas estão sabidos e antes eram bobos, isso em frente a atuação do estado e dos braços menores do agronegócio do Brasil; o povo krenak precisou aprender, como eles dizem, a lidar com essas atuações e a se manterem e se reinventarem frente a ofensivas assassinas e etnocidas.

Nas reuniões dos krenak Douglas me contou que em alguns momentos quando havia silêncio Seu Euclídes sempre dizia “Esse é o fim do mundo”, as pessoas escutavam, alguns não levavam tão a sério, mas a toda oportunidade ele anunciava que esse era o fim do mundo. Euclídes viveu outros momentos do Uatu. A morte do Rio a força de sua devastação foi para Euclídes anúncio do fim do mundo, ele não havia presenciado até então devastação tamanha. Douglas me disse da última vez que estive com os krenak que eles sempre viam essas destruições em outros países e lugares distantes mas que agora aconteceu com eles, bem perto. Ele conta que fica revendo um vídeo de um projeto de poucos anos atrás de reflorestamento e cuidado com a área próxima ao Rio Doce e de suas terras, que fizeram mapas, planejaram estratégias. Ele assiste a esse vídeo e fica pensando como o futuro para eles era outra coisa, muito distante do que estão vivendo hoje. Muito distante de ter a Fundação Renova instalando projetos para abastecimento de água em suas terras. Ele está tentando recuperar uma nascente próxima a sua casa, contou que o pessoal de fora fez um projeto, cálculos, e disse que precisaria isolar a área por 50 metros. Mas que logo ele percebeu que precisaria de mais espaço porque ele que sabe como as criações se comportam ali no lugar.

Euclídes, então, anunciava que a morte do Uatu e o crime ambiental da Samarco não é mais um simples episódio de acidentes ambientais que entrará para a linha do tempo da história da Ciência ou da Técnica. É o fim do mundo, porque significou naquele momento o fim do mundo para Euclídes, e também porque ele teve a percepção de que não são acontecimentos corriqueiros e não deveria ser encarado dessa forma, diz respeito a consequências de um modelo destrutivo-humano. Ele fala que está tudo diferente, tudo irá mudar e as coisas estão mudando. Para quem viveu 106 anos, acompanhou vários momentos do Rio Doce ver sua destruição e uma mudança drástica que afetou boa parte do lugar onde ele e sua família viveu é um processo do fim do mundo. Acompanhar o aumento da temperatura, a falta de água, os conflitos. Um rio

imenso, de onde provinha seu alimento, seu divertimento, sua ontologia; margens largas, sistemas-vivos, animais e vida por toda parte. Quem assiste a destruição e interdito de um Rio do porte do Uatu não pensa menos que o fim do mundo.

Para mim, que acompanhei o medo de parentes pela falta de água, em Governador Valadares e Vale do Aço, o fim do mundo também foi um presságio. Conversa com minha mãe e tias sobre os saques, e a estocagem de água que muitas pessoas estavam fazendo à época. Enfim, como Douglas e Euclídes me disseram, o medo do futuro chegou à cidade. O que vai acontecer e o que tem acontecido é uma busca intensa pelo Futuro, pela possibilidade de vida futura. O alerta do mundo terminando em fogo do Tio Euclides ecoará sempre em minha memória e na memória dos meus amigos krenak quando formos lutar pelos nossos futuros. O que o povo krenak quer hoje é continuar nascendo e vivendo, mas como nascer sem água?

“Como vai nascer sem água?”

“Esse é o grande problema, é o que sempre falo, não adianta eu ser técnico, engenheiro, nunca vai estourar, nunca vai prejudicar ninguém, pode trabalhar 10 anos, 50 anos, até 100 anos... mas o problema é que quando a natureza quer vingar ela não avisa. Com poucos segundos ela vai destruir tudo. É a vingança dele, o que tiver na frente, vai levando. A natureza, como se diz, respeitando o outro tem que respeitar, assim é a natureza. Pouco segundo tá liquidado. Por exemplo, pode fazer o que quiser nela mas se ela falar..é hoje que vou fechar isso aqui... é desse jeito. A natureza ela sempre vem com a floresta, essa é a proteção do índio. Se você tira dela, já não fica livre, já não está seguro de nada. Por exemplo, se joga água ali, se acumula água ali, vai ficar ali toda a vida. Mas no dia que ela achar uma brecha... num segundo arrebenta tudo, aí o pessoal pode correr... tudo que tiver na frente vai levar. A natureza é dessa forma.” Lírio, esposo de Dejanira.

Dejanira é uma anciã da aldeia Atorã, ela viveu boa parte da história do povo krenak do último século. Esteve nos processos de retomada de terra, nas remoções forçadas, e também recentemente na morte do Rio Doce. Ela apareceu em um vídeo que circulou na internet à época assim que a lama chegou a altura dos krenak. Esse vídeo foi um dos motivos da minha inclinação política e de pesquisa junto ao povo krenak. Dejanira é casada com Lírio, indígena guarani que já vive nas terras krenak junto a ela há algum tempo. Na oportunidade que tive de gravar uma entrevista com Dejanira, ele participou da conversa. Esse trecho supracitado foi quando estávamos conversando

sobre umas reuniões que estavam acontecendo em BH sobre o processo de licenciamento ambiental de uma outra barragem de rejeitos de mineração com capacidade maior que a de Fundão que rompeu.

Para Lírio, os cálculos humanos podem estar certos, os projetos, as correções, esses empreendimentos são feitos com muitos anos de estudo e com atenção. O erro não é necessariamente técnico, o maior erro é julgar que a natureza é um polo passível e dominável dessa relação. Que a natureza não pode entrar nos cálculos e previsões. Ele usou um axioma de tratar o outro como a si mesmo, e se for pensar nesse outro como sendo o outro tal como as dicotomias ocidentais NÓS/OUTROS, ele pede que se respeite também esse outro como respeitam a si mesmo – e não necessariamente os “outros” humanos. É um crescimento econômico tecnicamente possível mas antropológicamente absurdo (Viveiros de Castro, 2011[2012]).

Dejanira dá aula de Cultura e Língua para as crianças na escola da aldeia Atorã, onde seus filhos Itamar, pai de Sabrina, e Andrea trabalham. Ela caminha 1 vez por semana a pé até a escola para dar aula – como ela diz, ela tem as canelinha boa -, onde ela conta suas histórias e as histórias que ela ouviu de seu pai e seus antigos. Tive oportunidade de estar em uma dessas aulas, onde ela e sua filha ensinaram algumas das palavras relacionadas ao Rio Doce. E também um pouco da história de como os krenak habitavam antigamente a beira Rio. É um orgulho para ela e Euclídes – quando ainda vivo – dar aula de cultura. Para ela e Euclídes esse é o futuro. Dar aulas sobre a importância do Rio Doce, mesmo que morto, é por ele ser parte do povo krenak.

Ainda pequena, Dejanira foi levada pelos “encarregados”, como ela chamou, aos Maxacalis. Onde seu pai tentou retornar logo as margens do Rio Doce. Ela conta que ele ficava insatisfeito, e que sempre tentava voltar mas os encarregados falavam que lá no Rio Doce não tinha mais aldeia. Mas ele sempre dizia que tinha sim, não acreditava, até que depois de um tempo levaram eles até a estação para que eles pudessem voltar às terras deles. Ela contou que seu pai sempre repetia: “Eu quero morrer na minha terra e não na terra dos outros etnia”. À época, quando voltaram, Dejanira conta que moravam o cumpadre de seu pai e sua família que ficaram pra trás, e que eles moraram com eles por um tempo até se ajeitarem novamente.

Ela contou muito do sofrimento que a morte do rio a causou e a preocupação com a água. Que sem a água não há o que fazer, não há o que nascer. Nascer-pessoa,

nascer-animal, nascer-planta. E que antes você sabia quando chovia, preparava a terra, sabia a hora de preparar pra esperar a chuva, e que hoje não dá mais pra fazer isso.

“Os parente morreram tudo falando em Sete Salões. Nossos antigos buscando a caça e a pesa, sapucaia, gravatá, caratinga. Os índios deus levou tudo, só restou nois. A etnia com botoque. Aí nosso parente fugiu, queria um nome, krenak. Nois ficava aí andando nas mata vigiando as mata, as mulher, os marido as fiarada. Ai a matança... por causa de terra né. Mata o parente, os portugueses. Aí o parente engravidou, aí a casa era uma oca né, as casas de palha. Aí se chovesse grosso [inaudível] lá eles iam fazer a cultura deles. Aí os parente ficou grande. Aí o cacique pajé “ah ela tá passando mal” “ah eu numgumento mais andar” tava quase ganhando a criança, “fica aí que eu vou buscar ajuda” pra ganhar a criança. Aí ela ficou num barranquinho assim, não tinha rodagem. Não tinha nada, era trilha que os índio andava, era as matas, aí diz que ele encostou a mulher e pediu ajuda. Eu vou chamar a ajuda pra poder ajudar ela. Aí ele deixou ela alí, aí foi, foi buscar parteira, aí foi lá que ela tava sentindo mal pra ganhar criança, aí tinha outra mulher parente. Aí quando ele foi... o neném nasceu, aí a cabeça da criança foi pra terra. Agora achei um nome pra nosso povokrenak. Porque a criança nasceu e a cabeça dela foi pra terra. E a terra na nossa língua é nak. Aí nosso nome vai ser krenak.” Trecho transcrito de entrevista com Dejanira.

Do genocídio ao ecocídio



Foto tirada por mim em fev/2016.

“Se sentiu-se a necessidade de criar uma palavra nova, é que havia algo de novo a pensar, ou então algo de antigo, mas ainda não pensado.” (Clastres, 2011:55).

Quando Pierre Clatres escreve sobre o etnocídio em 1980, ele sugere que uma boa reflexão sobre o etnocídio deveria procurar preliminarmente o que o diferencia do genocídio. Sua conclusão é que “em suma, o genocídio assassina os povos em seu corpo, o etnocídio os mata em seu espírito.” (:56). E continua dizendo que o etnocídio é praticado para o *bem do selvagem* que a espiritualidade do etnocídio é a ética do humanismo. Tendo o racismo como base, o etnocídio seria, para Clatres (2011[1980]), essência da formação do Estado, em toda sua força centrípeta que esmaga forças centrífugas inversas – ou como penso também contrárias -, tem no etnocídio uma força de seu projeto de “redução do outro ao mesmo” (:59). Por princípio, o etnocídio seria a redução da diferença, e o genocídio sua forma limite, quando a integração proposta pelo etnocídio é recusado desnuda-se o caráter genocida do Estado. A universalidade do etnocídio reside no fato dele não ser só uma característica do mundo branco, mas de

sociedades que são sociedades com Estado. O etnocídio sendo para Pierre Clatres o Estado e sua reflexão passando pela análise do Estado, faz pensar que com o ecocídio não seria diferente. Uma vez que o Estado cria projetos ecocidas onde baixa entropia pode ser transformada em energia e trabalho.

Atrelada a noção do etnocídio, Clatres (2011[1980]) também diz sobre sua estreita relação com o regime de produção capitalista, onde tudo deve ser utilizado, tudo deve ser produtivo (:62). Mauro Almeida (cf. infra) pensou também essa dinâmica, mas pelo signo da entropia. Como máxima dessa reflexão fica, “a sociedade industrial, a mais formidável máquina de produzir, é por isso mesmo a mais terrível máquina de destruir.” (Clatres, 2011[1980]:62). Ainda assim, Pierre Clatres termina o capítulo “Do etnocídio” deixando o caminho aberto para o fomento da discussão através da última história que ele conta; ele transcreve um trecho da carta do general Sherman um dos principais carrascos dos indígenas norte-americanos a Buffalo Bill, o matador. Nessa carta ele diz que haviam à época cerca de 9 milhões de bisões (búfalos norte-americanos) nas planícies entre o Missouri e as Montanhas Rochosas, e que todos desapareceram, mortos em troca de sua carne, pele e ossos. Na mesma época cerca de 165 mil indígenas das etnias Pawnee, Sioux, Cheyenne, Kiowa e Apache que dependiam desses bisões para alimentação. O general conta então que esses [os indígenas] também partiram, e foram substituídos por homens e mulheres de raça branca que fizeram da terra um imenso jardim e podem viver segundo as leis da natureza e da civilização, ele finaliza “essa mudança foi salutar e se cumprirá até o fim” (Thévenin& Coze, 1952 apud Clatres, 2011[1980]:63). Clatres finaliza dizendo que o general tem razão, a mudança só acabará quando não houver absolutamente mais nada para mudar. Além de não ter nada para mudar não haverá ninguém, naturalmente, para efetivar essas *mudanças*. Enfim, a morte dos bisões significou a morte dos indígenas, fez parte de seus projetos. Como pensar o ecocídio a partir daí?

A retórica do benefício público recobre genocídio, etnocídio e ecocídio. Sempre sobre a falácia do público e em cima das falsas dicotomias entre público/privado. A degradação ambiental vista como benefício público frente empresas e Estado é um braço ameno do ecocídio. A degradação ambiental é efeito ou deliberação da acumulação primitiva, e sua forma limite seria o ecocídio. Ecocídio e genocídio estariam mais aproximados a partir dessa reflexão. O primeiro sendo o efeito da acumulação primitiva, e o segundo sendo efeito, também, da acumulação primitiva, se

voltar a pensar na baixa entropia cultural, que quer integrar e destruir multiplicidades de culturas através com políticas etnocidas.

Girardi [1994] traz a discussão sobre ecocídio baseado em resoluções de encontros continentais de povos indígenas, no II e III Encontro continental de la Campana 500 años de resistencia indígena, negra y popular que aconteceu na Guatemala em 1991 e em Nicuaraga em 1992, respectivamente; no I Encontro Continental de los Pueblos Indios em Quito, 1990 e nas Cumbre de los Pueblos indígenas que aconteceu na Guatemala. Para Girardi essas resoluções condizem com a convergência que a destruição do ambiente tem com a destruição da vida para os povos indígenas. Os esforços para incluir o ecocídio como delito tipificado juridicamente também partiu dessas conferências, pela relação direta que ele tem com o etnocídio e o genocídio.

“El equilibrio y la dinámica de vida em nuestros territorios son destruidos por la explotación voraz de los recursos y la utilización de diferentes elementos químicos que no sólo envenenan el subsuelo sino también al hombre y todo viviente”. (Girardi, 1994).

Girardi aciona ainda a noção de dívida ecológica dos países do Norte aos países do Sul. Sua análise se baseia fundamentalmente nas contradições que ele aborda entre capitalismo e natureza, levando em conta assim o individualismo, o economicismo, o racismo e o militarismo; essas seriam as bases de uma ideologia ocidental. Mas entre esses o imperialismo é a forma de dominação mais aguda, que não se traduz apenas na luta de classes e não tem em sua base somente a exploração, mas sim a dominação, opressão, marginalização e exclusão, que se exercem de formas complexas e interdependentes a nível econômico, político, cultural, religioso etc. e culminam no genocídio e etnocídio (:683). Dessa forma o ecogenocídio – como ele propõe - seria produto natural da civilização ocidental em seu conjunto. O ecogenocídio aproximaria então genocídio e ecocídio, como formas de destruição final e irreversível – na maioria dos casos –de vidas. Uma se tratando de vidas humanas e outras de seres vivos não humanos. A maior reflexão que Girard deixa é a de pensar quando genocídio e ecocídio se coincidem, quando alguns povos experienciam a destruição de seus ecossistemas complexos-vivos e suas vidas, e quando a destruição de um é a destruição de outro. Seu esforço final é o de elaborar uma alternativa ecológica indígena a civilização ocidental.

Alternativas que em último caso requerem as multiplicidades de existências de povos indígenas.

O movimento EradcatngEcocide, que tem como indicação de líder a advogada e escritora britânica PolyHiggins, que tenta há alguns anos tipificar o ecocídio formulou em 2010 o EcocideAct, que seria a definição em texto jurídico do crime de ecocídio. A ONG almeja que o ecocídio entre no Tribunal Penal Internacional. Borges (2013) que pensa a trajetória nos meios jurídicos do ecocídio, entretanto, analisa que a formulação do grupo se aproxima mais de um discurso ambientalista do que de uma proposta factualmente concretizável (:6475). Destarte, o autor, advogado, indica problemas no texto do EcocideAct, alguns de contradição jurídica, como os danos significativos de um ecossistema por “outras causas”, que seriam causas ‘naturais’ como tsunamis, enchentes, o que seria inadequado perante a definição de delito que requer necessariamente uma conduta humana. Também sobre o reconhecimento de autoria do crime de ecocídio por pessoas jurídicas, que seria incompatível com o foco do TPI, que são os indivíduos e não entes coletivos. Nesse sentido, Borges (2013) aponta então as dificuldades do ecocídio, e menciona também que ele voltou com mais força aos fóruns jurídicos a partir das discussões específicas dos povos indígenas, mas ele aciona um inventário próprio do Direito.

Os entraves judiciais e as numerosas reuniões e atos a que Douglas compareceu me atentaram para a necessidade de compreensões sobre o crime de Mariana que englobem outras percepções alheias a formação do Direito. As controvérsias sobre o ecológico, ou sustentável são evidenciadas. Para Girard (1994) o ponto principal é que os povos indígenas experimentam coincidentemente a destruição do ambiente e a do povo, entre o genocídio e o ecocídio (:671). A destruição do ambiente, da natureza, é, senão, a destruição do povo. O conceito de ecocídio estaria então entre o genocídio e o ecocídio, e para aproveitar a noção acima, o ecocídio também seria uma forma de etnocídio e genocídio.

Acompanhei os krenak no momento quando saiu o acordo entre a Samarco e o Governo Federal, em que não haviam consultado os atingidos. Esse acordo substituiria o processo judicial; suas cláusulas, entretanto, não foram escritas em consulta com os krenak. As páginas do acordo ditam inúmeras medidas que dizem especificamente sobre os krenak mas não foram escritas por eles, nem ao menos consultadas. Como sempre

Douglas relatou na história de seu povo, reivindicando que o povo krenak pode, deve e sabe falar por ele mesmo. Como parte das negociações entre Governo Federal e Samarco foi criada a Fundação Renova. Considerando que a celebração deste acordo judicial visa pôr fim ao litígio por ato voluntário das partes, reconhecendo que a auto composição é a forma mais célere e efetiva para resolução da controvérsia, não implicando assunção de responsabilidade pelo EVENTO (Termo de Transação e Ajustamento de Conduta, 2016). Chamando de “evento” o rompimento da barragem de Fundão e a morte do Uatu. A Fundação é alvo de denúncias hoje por total desconexão e tato com os atingidos em suas formulações e políticas. Recentemente, o Ministério Público Federal convocou audiência para discutir as ações dessa Fundação.

Todas essas mudanças provocadas, chamadas recorrentemente de impactos, são objetos de pesquisa antropológica, uma vez que elucidam os conflitos sociocosmológicos por trás de projetos de energia. Nesse sentido, uma noção como impactos deve ser revista e bem analisada, para que não pareça simplória, como alertou Sigaud (1992) sobre seu trabalho que analisou a desocupação e inundação para a barragem de Sobradinho no Vale do São Francisco. O fator diferenciante dessas abordagens é que elas lidam com as desocupações e inundações e não com as decorrências do rompimento de uma barragem. O que exige um manejo melhor das análises dessa literatura. Apesar de metodologicamente essas abordagens oferecerem um avanço que é o de considerar as condições sociais em que viviam antes da desocupação pela barragem e as condições depois. Pois a morte do Uatu é muitas vezes situada assim, como era antes e como era depois. E apoiam-se descritivamente nessas condições a fim de ampliarem uma noção menos vulgar que a de impactos (:3), que pode imprimir uma ideia menos complexa que a vivida e experimentada pelos afetados e afetadas. Essa descrição contribui para o avanço em torno da multiplicidade de desdobramentos de um crime ambiental, que faz rever o cerne de grandes projetos que promovem uma dominação epistêmica, cultural-material e cosmológica. Não adiantaria que o Ministério Público ou Secretarias do Governo Estadual ou até mesmo a Funai trouxessem, como de costume, projetos de manejo de terra, de economia, com programações para os próximos 5 ou 10 anos, pois em 5 ou 10 anos o povo krenak seria colocado em situações que mudariam drasticamente suas condições sociais e materiais novamente.

Douglas me contou sobre sua participação em São Paulo de um evento do grupo Tortura Nunca Mais, que ele foi dias antes depois da segunda vez que estive com eles, onde trataram sobre a memória ainda presente das violações cometidas contra o povo krenak. A indagação de Douglas foi pelo fato de que não aceitavam em meio jurídico o que ele dizia sobre o genocídio do povo krenak. Que os krenak não recebiam reparação, pois as reparações pela ditadura pois os tribunais não reconheciam reparações e indenizações coletivas e sim individuais. A compreensão de que as ofensivas contra os krenak é um genocídio parte da noção de Douglas de que o que acontece com o povo krenak desde a abertura da região do médio Rio Doce pela rota da mineração, à Estrada de Ferro Vitória-Minas, a ditadura e a morte do Rio Doce, não foram processos que refletiram apenas colateralmente em seu povo. Mas tem uma intenção definida e central de não levar em consideração a humanidade de seu povo e planejarem uma eliminação da diferença ou do diferente. Só Douglas ou seus irmãos, sua família e seu povo sabem a dimensão dos danos da ditadura, portanto só eles saberão dizer que a ditadura teve um projeto específico com os povos indígenas no Brasil. Douglas disse na reunião com a CIDH na Argentina em maio de 2017 que o povo krenak isso de direito humano nunca tinha existido para o povo krenak.

A terra é o corpo dos índios, os índios são parte do corpo da Terra. A relação entre terra e corpo é crucial. A separação entre a comunidade e a terra tem como sua face paralela, sua sombra, a separação entre as pessoas e seus corpos, outra operação indispensável executada pelo Estado para criar populações administradas. (Viveiros de Castro, 2016a).

Quando fui apresentada à Shirley, estava acompanhada dos alunos e alunas do Direito, todas se apresentaram dessa forma e por último me apresentei como aluna da Antropologia. Logo na minha resposta Shirley perguntou: - O que é a Antropologia? Essa pergunta me impactou e demonstrou logo a força e sabedoria da Shirley. Eu não soube responder bem e acabei falando uma frase que circula como anedota “estudamos anos e anos a disciplina, mas nunca sabemos responder essa pergunta”. Imediatamente Shirley falou: - “Então vou mudar minha pergunta, por que você faz Antropologia?”. Essa pergunta foi mais simples, contei um pouco da minha trajetória e do meu ingresso nas Ciências Sociais com intenção de ser socióloga ou cientista política. Não conhecia a Antropologia como área de conhecimento e pesquisa específica, mas respondi que o que me aproximou da disciplina é a diferença dela com as demais; primeiro porque a

Antropologia vai até as pessoas e segundo porque eu gosto de conhecer pessoas. Depois brinquei que antropólogos conhecem muitas pessoas, Shirley respondeu dizendo que alguns nem tanto.

Esse diálogo inicial foi crucial para a construção da minha pesquisa. Conhecer as pessoas, e construir um conhecimento de trocas, com os pensadores krenak. Depois disso, a minha relação com a Shirley foi uma relação de orientação, eu ia para sua casa e lia um esboço de projeto e ela me ajudava a construir minha pesquisa. Lembro uma ocasião em que estávamos conversando no quintal enquanto ela arredava a areia com enxada quando num momento ela parou, debruçou-se sobre a enxada e destacou os dedos apontando que eu precisava decidir sobre o que geraria minha investigação, Ferrovia, Vale, Ditadura ou lama. Penso que essa separação foi muito menos num sentido de encarar esses processos como separados e independentes, mas para que se fizesse saber que existiram muitos processos em que os krenak sofreram violações. No findar da conversa ressaltai a continuidade que existe nessas violações. Violações que queriam “desexistí-los” (Viveiros de Castro, 2016a).

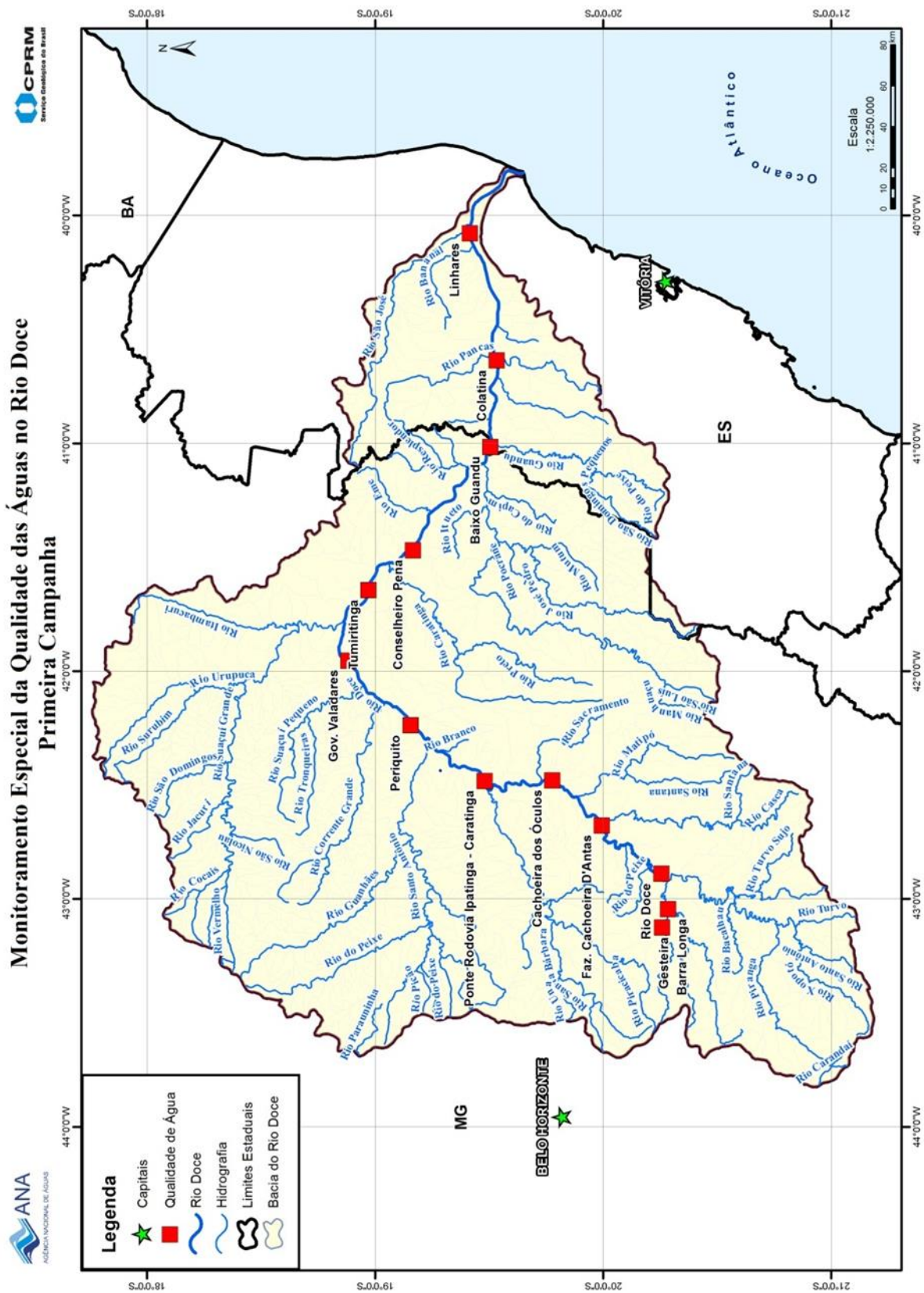
Outro antropólogo que estava entre os krenak, Wallison, da terceira vez que estive, conta que em uma das vezes em que ele foi ao Rio Doce com Douglas e outro pessoal dos krenak ficou um pouco espantado por ele ter bebido a água do Rio. Isso antes de sua morte. Ele conta que Douglas falou que ele poderia até ficar com nojo e que ele tinha a consciência de que o Rio estava sendo poluído aos poucos – chegou a ressaltar em várias conversas que foi uma morte aos poucos e que os rejeitos já vazavam em menor quantidade -, mas que aquela água desse modo poluído fazia mal aos brancos, não a ele. A partir dessas informações que Douglas me deu, fui atrás de pesquisas sobre isso. Pesquisas já vinham sendo desenvolvidas sobre o Rio Guálaxo do Norte, a partir de sua potencial contaminação por conta do Quadrilátero Ferrífero, destaca-se nesse meio pesquisadores da Universidade Federal de Ouro Preto COSTA, Adivane Terezinha; NALINI JR, Hermínio Arias; CASTRO, Paulo de Tarso Amorim and TATUMI, Sonia Hatsue, que constataram, na Geociências, concentrações de metais no trajeto do Rio Guálaxo com valores alterados, devida a atividade aurífera secular (ver COSTA, Adivane Terezinha et al, 2010; RODRIGUES, Aline Sueli de Lima et al, 2015).

Os resultados obtidos evidenciam contribuições antropogênicas no enriquecimento de metais tais como Mn, Ba e Fe, assim como evidenciam que as contaminações por elevadas concentrações desses elementos podem extrapolar para bacias subsequentes à estudada, o que certamente agrava o problema de poluição identificado. Em adição, foi evidenciado que as atividades atuais de exploração aurífera na bacia, podem não estar disponibilizando concentrações elevadas de As e Pb, ambos metais altamente tóxicos, o que pode ser explicado pela diminuição considerável de exploração, quando comparada à exploração histórica na região. (RODRIGUES, Aline Sueli de Lima et al, 2015:70).

Os rejeitos do rompimento da barragem de Fundão passaram por cima dos rejeitos da barragem de Santarém, e após passarem pelo distrito de Bento Rodrigues, causando mortes e destruição, atingiu o rio Guálaxo do Norte e o rio do Carmo. O Rio Guálaxo do Norte foi por onde, então, a lama foi chegou até o Rio Doce, por ele ser um subafluente deste. No caminho da lama também estava o Rio do Carmo. No Mapa 2, é possível ver o os rios que compõem a Bacia Hidrográfica do Rio Doce, mostrando a interligação de todos os rios. Dessa forma, esse grande sistema vivo percorre caminhos muitas vezes não mapeados por cientistas, o que faz com que notícias recentes recorram sobre o fato do rompimento da barragem de Fundão ter afetado a Bacia inteira.

A morte do Rio Doce não é marcada, então, só pela poluição do Rio, pois isso já acontecia, os rejeitos já vazavam de pouco a pouco. A morte do Rio Doce foi pela devastação, não só do Rio mas de seu sistema-vivo às margens. Também pela interdição, e pela toxicidade em grande quantidade. Douglas me descreveu a cena da chegada da lama à altura da T.I. como uma avalanche de tudo quanto é tipo de vida, mortos, vindo junto com a lama, capivara, peixes, algumas espécies de peixes que viviam no fundo e a pesca era rara. Mortos. Assim como Douglas, Barbara Cassidy (2002) em sua tese de doutorado em Filosofia, fala que o ambiente tem quatro componentes, e todos interconectados, o físico, o mental, o emocional e o espiritual. E quando um desses componentes é destruído, todos os outros são afetados. Ela escreve sua tese e afirma que o suicídio de jovens indígenas norte-americanos é o genocídio. As explicações psico-patológicas são deterministas e não produzem esperança, uma vez que todos os problemas psico-patológicos dos povos indígenas são resultado da colonização (:7). Sua noção de ser que não é restrita ao corpo humano em si, mas em seus envolvimento e ligações com outras formas vivas, faz com que ela afirme

categoricamente que suicídio indígena é etnocídio e genocídio. O ecocídio seria pensar cosmopoliticamente o genocídio, tirando o lugar a unificação e homogeneização do mundo, e dando um lugar cosmos à política (Stengers, 2014). O ecocídio e genocídio se confundem na morte do Rio Doce para o povo krenak, quando Douglas fala sobre o genocídio do seu povo não exclui que se pense também no ecocídio do Rio Doce, uma noção não vem substituir a outra mas abranger possibilidades de pensar a morte do Uatu.



Mapa 2 – Retirado de <http://www.cprm.gov.br/publique/Hidrologia/Eventos-Criticos/Monitoramento-Especial-do-Rio-Doce-4057.html>. Acessado em 12/12/2017.

SETE SALÕES e o Futuro

“As disputas por territorialidades físicas combinam-se agora com a resistência de metafísicas territorializadas, outro nome para cosmologias e mitologias ameríndias e afrodescendentes.” (Mauro Almeida, 2016:31). Não se trata apenas da disputa de um território físico, mas a disputa do Futuro. O Sete Salões está com processo de demarcação andando, faltando apenas a Homologação, parte mais complicada. A reivindicação desse território para os krenak é de anos. Mas intensificou-se depois da morte do Rio Doce por motivos óbvios e vitais. Há água, vida, memórias, territorializações ancestrais. Como Geovani Krenak disse, irmão de Douglas, eles não querem mais pedir licença de uma terra que é deles, sagrada.

Da segunda vez que estive entre os krenak, em abril de 2016, subimos à pedra sagrada. Acompanhei meus amigos krenak na gravação de um documentário para a VICE Canadá com uma produtora indígena. Foi nesse contexto que subimos à pedra. Esse território, que faz parte da terra reivindicada do Sete Salões, fica uma pedra com pinturas rupestres. É o lugar onde os ancestrais krenak se refugiavam à época das perseguições das entradas e bandeiras. A subida é árdua, e Douglas me contou que uma vez subiu com alguns portugueses a pretexto de uma filmagem também, e que eles não conseguiam subir. Por isso o lugar sempre foi um refúgio contra os brancos, e também onde permanecem os espíritos ancestrais que morriam ali. Num dado momento, a apresentadora indígena canadense pergunta a Douglas se pode levar uma pedra pra ela, ele respondeu mais que depressa que sim. Que o discurso ambiental é não retirar da natureza, mas que aquela pedra fazia parte dela pois eles também são a natureza.

As duas indígenas canadenses que estavam produzindo o documentário compartilharam experiências não muito diferentes do poder etnocida dos Estados e grandes corporações minerárias em suas terras no Canadá. Em um momento em que foram gravar no trilho, Douglas e Geovani estavam falando sobre como Brasil e Canadá estavam interligados nesse processo. Nesse momento passou um trem da Vale e parou na estação krenak, pudemos ver, e Douglas mostrou às produtoras, o escrito “Made in Canadá” no vagão. Para além disso, a atuação da BHP no Canadá também foi conversada por eles.

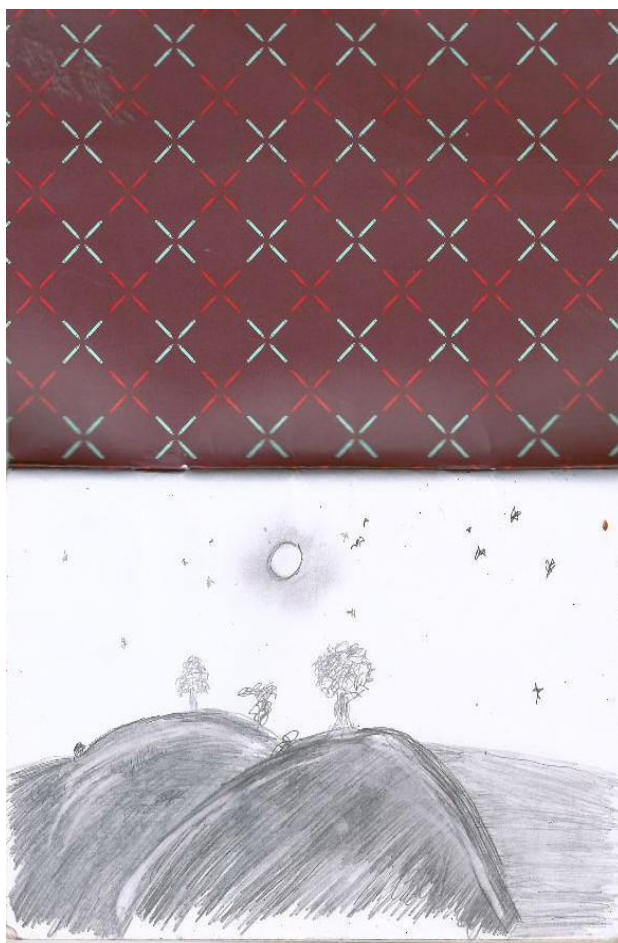
O momento todo da subida foi marcado por momentos de muita reflexão do Douglas e seu irmão, reflexão espiritual, histórica, física. O Sete Salões é uma formação geológica de grandes grutas, é onde andam os espíritos ancestrais krenak. É marca da resistência contra o avanço genocida, é onde ficavam escondidos e se reorganizando. É onde Douglas e os krenak buscam forças. Sempre sobem as pedras em momentos que requer muita união e sabedoria de seu povo. Cada passo que dei naquelas terras foi acompanhado de histórias de vida que Douglas viveu, através de suas memórias e através das memórias de seu povo. Os mapas mentais e emocionas de Douglas e seu irmão Geovani que nos guiaram. O caminho até a cachoeira, onde ficam as nascentes, as pedras que seus antigos subiam para observar toda a região das margens do Rio Doce.

Quando chegamos ao pico, no momento em que estavam acontecendo alguns rituais e conversas frente a pedra sagrada fiquei espantada pelo fato do barulho do trem perseguir nossos ouvidos até aquela altura. Cheguei a comentar com Douglas, ele disse que era assim, os ancestrais tinham ainda que conviver perseguidos com esse barulho. Lá de cima o Rio Doce dava pra ser tapado a nossa visão com um dedo. A grandiosidade do lugar revelava que para além do Rio Doce a força do povo krenak provém também de seus territórios e suas memórias.

Quando contei para Douglas, na última vez que estive entre eles, que escrevi sobre nossa subida a pedra da pintura, e li o parágrafo logo acima ele me disse que entende que o cordão umbilical dos povos indígenas não foi cortado completamente com a criação. E que um dos processos mais difíceis foi eles se depararem com questionamentos que desacreditavam das relações do seu povo com o Rio, que eles teriam que provar que realmente usavam o rio, banhavam, pescavam. Viria um grupo pra avaliar os impactos e que o desgaste de precisar se provar krenak a todo tempo é enorme. E de não valer também a palavra do seu próprio povo, sempre precisar ter um antropólogo ou pesquisador que dirá exatamente o que eles estão sentindo e o que aconteceu.

Na minha primeira noite na casa de Douglas e nas terras krenak fiz um desenho de um cenário que julguei muito bonito. Era uma das elevações ou montanhas, que cercavam sua casa. Guardei esse desenho por muito tempo e ele só ganhou um outro significado relevante à minha vida e à minha pesquisa mais de 01 ano depois, quando retornei aos krenak em julho de 2017. As duas árvores que me encantaram em sombra

contra o céu negro e o brilho das estrelas estão em um dos picos que Douglas me apontou como uma área completamente devastada antes de fazendeiros devolverem as terras aos krenak. Quando voltaram para as terras, na década de 80-90, seu pai Nadil estava à frente no processo de reestruturação e infraestrutura da volta. Nesse processo, Douglas me contou que muitos fazendeiros que estavam antes nas terras da T.I. Krenak falavam com Nadil que eles nunca conseguiriam aquele território, e falavam pra ele procurar outro lugar, Nadil respondia que conseguiria sim pelo seu povo. O fazendeiro o intimidava dizendo que tinha pista de pouso e recebia amigos deputados. Douglas ressaltou nesse contexto a sabedoria de seu pai ao lidar com os fazendeiros da região. E que assim que eles conseguiram a terra de volta a primeira coisa que fez foi lá bater na porta desse fazendeiro. Douglas me contou essa história na ocasião em que pessoas de importância da cidade de Resplendor foram à sua casa, pois um deles é parente desse homem.



Desenho feito por mim em fevereiro de 2016.

Retomando às duas árvores, um primeiro momento, me encantou a beleza do cenário, agora, esse desenho faz parte de um aspecto crucial da minha pesquisa e amizade com o povo krenak: como Douglas já me alertou, o tempo das relações do povo krenak é outro, eu teria que ter paciência pois o povo estaria perdido. A cada nova vez que vou até suas terras, aprendo histórias e cenários ganham panos de fundos e significações outras. Essas árvores fizeram parte de longos anos de tentativa de reflorestamento da área perto da casa de Douglas e na T.I. Essas árvores foram as que resistiram ou nasceram de novo frente a devastação proposital dos antigos proprietários da terra. O aprendizado nunca é completo, a relação também não. A pesquisa antropológica não lida somente com seus próprios problemas e não pode carecer de sua temporalidade própria.

As mudanças na antropologia podem estar fazendo parte de uma mudança de esfera existencial, como aponta Goldman (2008), sendo a antropologia uma “cartografia” (p.3) de territórios existenciais reais ou vindos a existir. Goldman (2008) nos fala então de uma desterritorialização, por “confronto” ou por “arrebato”, que nos permitirá investir em outros conceitos. Esse segundo, implicaria necessariamente em uma desconstrução do território firme e protegido, pois seria um confronto de conceitos. Num sentido amplo, há valorização de uma relativização dos próprios conceitos do observador (Viveiros, 2002).

Eu chamar os krenak de amigos pode parecer num primeiro momento estranho à Antropologia, mas é assim que o é. Para além das nossas relações e negociações de pesquisa os tenho como amigos. A partir da “construção da pessoa”, Coelho de Souza (2001) aborda as relações “de parentesco” entre um povo indígena e seus outros. Em alguns momentos conversando com os krenak eu era incluída no “nós”, apesar de não ser uma parente, mas isso num contraste que englobava setores conservadores ou capitalistas da sociedade. Lidaram, enquanto botocudos e depois como subgrupo krenak, com as consequências das escolhas que outros povos tinham sobre sua existência; nesse sentido, a identidade como grupo não passou a ser só opção, mas, como eles mesmos enunciam, sobrevivência. Encontrei na etnologia condições de refletir acerca de um termo aparentemente impensado e com significado apenas cotidiano. Tento explicar essa reflexão com a mediação da noção de amigo “formal” entre os Timbira, que não trata necessariamente da relação com não-índios, mas que reconheço como um plano teórico abrangente para a relação dos krenak e os seus

amigos brancos e pesquisadores/ativistas. “O amigo "formal", do nosso ponto de vista, realizaria uma espécie de "síntese dos contrários" (da oposição kwy/cahkrit) que não suprimiria no entanto os termos contrapostos, e sim permitiria a sua convivência recíproca, englobando-os e neste ato marcando suas diferenças.” (Azanha, 1984 apud Coelho de Souza, 2001:78). Nesse sentido, eu passo a ser uma pessoa aliada, que tem em si a representação dos diferentes e historicamente dominadores, mas que pela conduta e situação posso estar ao lado na luta. Douglas me entregou um broche, à época, que foi entregue a ele pela indígena canadense do documentário que filmaram entre os krenak em abril de 2016, nesse broche haviam as cores amarela, branca, preta e vermelha, simbolizando todos os povos e a necessidade que um tem do outro.

A etnografia foi partilhada e negociada com todos sujeitos significantes das relações que estabeleci, partilhávamos nos diálogos as visões de mundo. Foram levados em consideração em muitos momentos os motivos pelos quais eu tinha ido parar lá entre os krenak, e porque nesse momento. Passou pela cabeça de Douglas que o que aconteceu ao Rio fez com que muitas pessoas voltassem suas atenções ao povo krenak, nesse meio, ele disse ter ficado feliz de ter visto que muitas pessoas que ele já conhecia há muitos anos voltou a entrar em contato para articular entraves judiciais ou políticos com ele. Como pesquisadora e antropóloga ocupava um lugar que sem dúvida trouxe muito problema ao povo krenak desde muitos anos, mas, ao mesmo tempo, estive lá enquanto moradora da macro-região do Rio Doce, e cheguei até eles através de relações afetivas/profissionais que nos juntaram. Minha estadia entre eles passou longe de uma máquina malinowskiana de informações que tentam chegar – como Douglas uma vez disse – até as entranhas de um povo. O resultado final dessa pesquisa foi diálogos, orientações e conversas que tive entre os krenak que permitiram com que chegássemos conclusões sobre diversos assuntos em torno do ser, estar e lutas no mundo. Esse tipo de etnografia não esgota a autoridade etnográfica em Antropologia, e como Douglas sempre faz questão de mencionar, nem perante os órgãos públicos envolvidos em políticas que dizem respeito às vidas indígenas. Douglas sempre me reclamou, e Shirley também, o fato de um antropólogo ter de averiguar a “cultura” krenak, e sua palavra valer mais que as palavras de, por exemplo, Tio Euclídes.

Molina (2017) trabalha em sua dissertação sobre as autodemarcações de terra, sendo elas uma resposta ao genocídio dos povos indígenas. O tempo em que estive entre os krenak depois da morte do Rio Doce o questionamento que ficava era **como reparar**

o irreparável? O aceleramento da demarcação do território do Sete Salões, nessa via, representa uma das inesgotáveis formas de reparação do irreparável. A relação do povo krenak com suas terras é uma potência de vida inesgotável, tanto quanto as relações que mantinham com o Rio Doce. Em toda minha estadia o rio conduziu minhas conversas e conduziu as memórias daquele povo com suas terras. Não há como falar da morte do Uatu Rio Doce sem voltar talvez num sentido contrário do seu curso na história do povo krenak, e enxergar, historicamente, todas as violações que esse povo sofreu. Tio Euclídes dizer que tinha uma lembrança que esse era o fim do mundo nos dá conta de outras vezes em que ele e seu povo se depararam com “fins do mundo”.

Retomando a trajetória de Nadil, Euclídes, Douglas, Geovani, Dejanira e Shirley Krenak, mostram como eles estavam e estão travando a disputa pelos seus futuros, mesmo quando se deparam com situações de completa erosão ontológica-territorial de seu povo. São visões futuristas, como Escobar (2016) elabora: “En este contexto, si consideramos el hecho básico e ineluctable de que todo ser vivo es una expresión de la fuerza creativa de la tierra, de su auto-organización y constante emergencia, incluyendo por supuesto a los humanos, aquellas visiones del territorio y de la vida que parten de esta convicción —como las de los pueblos étnicos que enfatizan la defensa de la madre tierra, entre otras—, pueden fácilmente verse como futuristas, como sintonizadas con el sueño de la tierra.” (:14); o povo krenak ruma o Futuro, junto com sua força criativa e potência de vida que emerge das relações com suas terras e suas memórias. O povo krenak são suas terras, e suas terras são o povo krenak.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABA- Associação Brasileira de Antropologia. 2016. Nota “Sobre o rompimento das barragens de rejeito em Mariana, Minas Gerais. Disponível em: http://www.portal.abant.org.br/images/Noticias/2015_NOTA_ABA_barragens_MG.pdf.

ALBERT, Bruce. 2002. Introdução. Pacificando o branco: cosmologias do contato norte-amazônico. Unesp.

ALMEIDA, Mauro de. 2016. Desenvolvimento entrópico e alternativa da diversidade. Revista Ruris. Vol, 10. Nº 1.

BORGES, Olindo Francisco. 2013. Ecocídio: um crime ambiental ou um crime internacional maquiado de verde? RIBD. Ano 2, nº 7.

CARVALHO, Laura Lorena de Souza. Tecnologias subalternas: um exercício de imaginação política e reinvenção de alteridades 2017. 59 f., il. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Ciências Sociais)—Universidade de Brasília, Brasília, 2017.

CLASTRES, Pierre. 2011. A arqueologia da violência – pesquisas em antropologia política. Cosac Naify.

COELHO DE SOUZA, Marcela. 2001. Nós, os vivos “construção da pessoa” e “construção do parentesco” entre alguns grupos jê. Revista Brasileira de Ciências Sociais, vol. 16 nº 46.

COSTA, Adivane Terezinha et al. 2010. Análise estratigráfica e distribuição do arsênio em depósitos sedimentares quaternários da porção sudeste do Quadrilátero Ferrífero, bacia do Ribeirão do Carmo, MG. **Rem: Rev. Esc. Minas**, Ouro Preto, v. 63, n. 4, p. 703-714.

DELEUZE, Gilles & GUATTARI, Félix. 1980. Mil Platôs. Capitalismo e esquizofrenia. São Paulo: Editora 34.

ESCOBAR, Arturo. 2016. “Sentipensar la tierra: las luchas territoriales y la dimensión ontológica de las epistemologías del sur”. Revista de Antropología Iberoamericana, 11(1): 11-32.

FREEMAN, JO. 1970. A tirania das organizações sem estrutura. Disponível em: <https://www.nodo50.org/insurgentes/textos/autonomia/21.tirania.htm>

FREITAS, Carlos Machado de; SILVA, Mariano Andrade da; e MENEZES, Fernanda Carvalho de. 2016. O desastre na barragem de mineração da Samarco: fratura exposta dos limites na redução de riscos de desastres. *Ciência e Cultura*. 68(3).

GIRARDI, Giulio. 1994. Capitalismo, genocídio, ecocídio el clamor de los pueblos indígenas. II Foro religioso popular “Cristianismo, Justicia, Ecologia”. Vitoria-Gastauz, maio.

GOLDMAN, Márcio. Os tambores do antropólogo: Antropologia Pós Social e Etnografia. Ponto Urbe Revista do Núcleo de Antropologia Urbana da USP, vol. 3 nº 3.

HERNÁNDEZ, Francisco del Moral; MAGALHÃES, S. 2011. Ciência, ciestistas, democracia desfigurada, licenciamento ambiental sob constrangimento: o caso Belo Monte. Em: ZHOURI, Andrea (ed.) *As tensões no lugar: hidrelétricas, sujeitos e licenciamento ambiental*. EDUFMG.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. 1976. *Monções*. 2 edição. Alfa-Omega.

KOPENAWA, Davi, ALBERT, Bruce. 2016. *A queda do céu*. Companhia das Letras.

MANSUR, Maíra Sertã; WANDERLEY, Luiz Jardim; MILANEZ, Bruno; SANTOS, Rodrigo Salles Pereira dos; Raquel PINTO, Giffoni; GONÇALVES, Ricardo Junior de Assis Fernandes; COELHO, Tádzio Peters. EM: ZONTA, Marcio, TROCATE, Charles (org.) *Antes fosse mais leve a carga: Reflexões sobre o desastre da Samaro/Vale/BHP Billiton. A questão mineral no Brasil vol.2*.

RODRIGUES, Aline Sueli de Lima et al. 2015. Construção de mapas geoquímicos a partir de sedimentos ativos de margens oriundos do Rio Gualaxo do Norte, MG, Brasil. **Multi-Science Journal**, [S.l.], v. 1, n. 1, p. 70-78. ISSN 2359-6902. Disponível em: <<https://www.ifgoiano.edu.br/periodicos/index.php/multiscience/article/view/50>>. Acesso em: 13 set. 2017.

SIGAUD, Lygia. 1992. O efeito das tecnologias sobre as comunidades rurais: o caso das grandes barragens. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*. Vol 7, nº 18.

STENGERS, Isabelle. 2014. La propuesta cosmopolítica. *Resvista Pléyade*. Dezembro.

STUTZMAN, Renato. 2011. Introdução: Pensar com Pierre Clastres ou da atualidade do contra-Estado. Revista de Antropologia, São Paulo, USP, v. 54 n° 2.

VIVEIROS DE CASTRO, Eduardo. 1999. Etnologia brasileira. Em: “O que ler na ciência social brasileira (1970-1995). Antropologia (volume I) MICELI, Sérgio (org). Editora Sumaré: ANPOCS, CAPES.

_____.2002. A inconstância da alma selvagem. Cosac Naify.

_____.2011 [2012]. Desenvolvimento econômico e reenvolvimento cosmopolítico: da necessidade extensiva à suficiência intensiva. Sopro. Panfleto político-cultural, n. 51, maio de 2011.

_____.2015. Sobre a noção de etnocídio, com especial atenção ao caso brasileiro. Disponível em: https://www.academia.edu/25782893/Sobre_a_no%C3%A7%C3%A3o_de_etnoc%C3%ADdio_com_especial_aten%C3%A7%C3%A3o_ao_caso_brasileiro.

_____. 2016a. Os involuntários da pátria. Disponível em: <https://www.Academia.edu...>

_____. 2016b. O recado da mata. Em: KOPENAWA, Davi, ALBERT, Bruce. 2016. A queda do céu. Companhia das Letras.

WAGNER, Roy. 2009. A invenção da cultura. Cosac Naify.

WANDERLEY, Luiz Jardim; MANSUR, Maíra Sertã; MILANEZ, Bruno and PINTO, Raquel Giffoni. Desastre da Samarco/Vale/BHP no Vale do Rio Doce: aspectos econômicos , políticos e socio ambientais. Cienc. Cult. [online]. 2016, vol.68, n.3.